
DOCTRINA

2014

Reflexão sobre as Estruturas ‘Constitucionais’ da Europa Comunitária

António José Avelãs Nunes¹

RESUMO: O presente artigo comporta uma análise crítica sobre a Europa Comunitária, especialmente sobre o modelo liberal concebido pelos promotores do ‘projeto Europa’, a ausência de participação democrática dos cidadãos e povos da Europa durante todo o processo de integração europeia e a crise atual na Europa (crise do euro, crise da ‘Europa’) que veio tornar evidente que esta crise do capitalismo (e crise da Europa capitalista) é também uma *crise da democracia*.

PALAVRAS-CHAVE: Europa comunitária; estruturas constitucionais; crise; modelo liberal; ausência de participação democrática; crise do euro, crise da ‘Europa’.

1. – Foi certamente sábia e bem intencionada a ideia que presidiu a criação (abril/1951) da primeira das comunidades europeias, a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) que veio colocar sob uma autoridade comum o ‘governo’ do carvão e do aço, com o objetivo de evitar que os conflitos de interesses à volta destes materiais estratégicos (nomeadamente entre a Alemanha e a França) condenassem o mundo a uma nova guerra.

¹ Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra. Doutor *Honoris Causa* pela UFPR.

Mas a história mudou quando se começou a pensar no *mercado comum*, dando início ao processo que levaria ao Tratado de Roma (1957) e à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE). Vivia-se então o período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas, mas a verdade é que, por mais estranho que pareça, a filosofia e a estrutura da CEE foram profundamente marcadas pelas concepções liberais em matéria de política económica.²

A CEE significou, desse ponto de vista, uma primeira vitória do liberalismo alemão sobre o intervencionismo francês, construído no pós-guerra (forte setor empresarial do estado, planificação pública da economia e sistema público de segurança social). O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o neoliberalismo (à moda de Hayek e de Friedman). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas o projeto ‘Europa’ “apresentou-se desde o primeiro dia como uma máquina para liberalizar”.³

Desde o início do processo, os críticos do Tratado de Roma deram-se conta de que o “espírito do mercado comum” acabaria por privar os estados-membros dos meios e das competências indispensáveis para assegurar o

2 Chegado o momento do votar o Tratado de Roma, Pierre Mendès-France foi um dos poucos deputados que acompanharam os comunistas franceses no voto contra a ratificação do Tratado, voto que, com rara clarividência, justificou nestes termos: “O projeto do mercado comum, tal como nos é apresentado, baseia-se no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples regula todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode assumir duas formas, seja a de uma ditadura interna que entrega todos os poderes a um homem ‘providencial’, seja a delegação dos seus poderes a uma autoridade exterior, que, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político, pois em nome de uma economia sã chega-se facilmente à imposição de uma política monetária, orçamental, social, em suma, uma política, no sentido mais amplo do termo, nacional e internacional” (Cfr. Attac, ‘*Constitution*’ Européenne – *Ils se sont dit Oui*. Paris : Mille et une Nuits, 2005, p. 7).

3 Cfr. Bernard Cassen, “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2007.

controle da economia pelo poder político democrático. Talvez por isso, Mendès-France defendeu na Assembleia Nacional francesa (janeiro/1957) que o projeto de criação do mercado comum europeu devia ser acompanhado da exigência da “igualização dos encargos e da generalização rápida dos benefícios sociais de todos os países do mercado comum”.⁴

Como hoje é notório, a história da ‘Europa’ seguiu o caminho contrário ao apontado pelo então deputado radical. O “projeto do mercado comum” acabou por conduzir à “abdição da democracia”.

Passada a fase da CECA, o *projeto do mercado comum* visou pôr de pé uma estrutura económico-política que esvaziasse o ‘perigo’ de vitória eleitoral dos partidos comunistas na Itália e na França e que, no ambiente próprio daqueles tempos de Guerra Fria, servisse de tampão à influência da URSS. Por isso (e também porque as empresas americanas instaladas na Europa representavam então a 3ª economia mundial) os EUA apostaram no projeto ‘Europa’. Do lado europeu, alguns viram neste projeto a resposta adequada da Europa ao *défi américain*.⁵

Hoje, estudos vários mostram que os tecnocratas que prepararam os dossiês que orientaram os Chefes de Estado e de Governo dos seis países fundadores do *Mercado Comum* tinham perfeita consciência de que a opção pelo liberalismo nas relações entre os estados-membros do *mercado comum* arrastava consigo a adoção de soluções liberais no plano interno de cada estado.

Por outro lado, todos os promotores do ‘projeto Europa’ (incluindo os dirigentes socialistas) tiveram a consciência de que a ‘Europa’ liberal que começavam a pôr de pé iria ferir de morte a “Europa social”.⁶ Nessas

4 Ver *Journal Officiel de la République Française*, 19.I.1957, p. 159-166.

5 Cfr. Jean Jacques SERVAN-SCHREIBER, *Le Défi Américain*, Paris, Denoël, 1967 (trad. port., *América:Desafio ao Futuro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1968).

6 F. Denord e A. Schwartz citam um deputado socialista francês (André Phillip):

condições, a ‘morte’ da ‘Europa social’ para dar vida à ‘Europa do capital’ terá de considerar-se um crime cometido com *dolo* (pelo menos com *dolo eventual*).⁷

2. – Desde o Tratado de Roma, o processo de integração europeia decorreu sem a participação democrática dos cidadãos e dos povos da Europa: a *Europa dos negócios* foi sendo construída em segredo (como convém aos negócios), “à porta fechada”, “ignorando sempre a população”.⁸

Por isso, o chamado *défice democrático* vem sendo denunciado como vício estrutural (uma espécie de ‘pecado original’) do processo de construção da ‘Europa’: “a história da construção europeia é, como sabemos, também a

“Eu, socialista, preferiria ter uma Europa liberal a não a ter de todo”. (DENORD, François e Antoine SCHWARTZ – “Desde os anos 50 que cheira a oligarquia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), julho/2009.)

7 Embora admitindo a livre circulação de pessoas (sempre condicionada...), as *liberdades de circulação deserviços, de mercadorias e de capitais*, bem como a *liberdade de estabelecimento*, foram sempre assumidas e proclamadas como as *verdadeiras liberdades fundamentais*. A ‘falecida’ Constituição Europeia consagrava isto mesmo no art. 1-4º, sob a epígrafe *liberdades fundamentais*. Após a derrota do ‘projeto constitucional’ e para evitar o escândalo de se proclamarem como *liberdades fundamentais* estas *liberdades do capital* e não as que normalmente integram a tábua dos *direitos, liberdades e garantias* das pessoas, os construtores da ‘Europa’ resolveram retirar este texto do Tratado de Lisboa. Mas nós sabemos – porque eles não se cansam de o afirmar em todos os tons – que esta é apenas uma mudança cosmética *para europeu ver*. Na essência, tudo continua na mesma: aquelas *liberdades do capital* são mesmo as *liberdades fundamentais* que contam nesta ‘Europa’ do capital.

Desde o início, os arquitetos da ‘Europa’ tiveram a plena consciência de que as *liberdades fundamentais* de que falo atrás, junto com as *regras comuns em matéria de concorrência*, implicavam o abatimento das soberanias nacionais (cfr. DENORD, François – “Desde 1958, a ‘reforma’ pela Europa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov/2007.).

8 Cfr. Jürgen Habermas. *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012, p. 66 e 167.

história do seu déficit democrático”.⁹ Construída, nos seus pontos essenciais, em função dos interesses do *Big Business*, contra os interesses dos povos europeus, esta ‘Europa’ é tudo menos um espaço solidário, tudo menos uma entidade que respeite a *vontade dos cidadãos*, a *dignidade dos povos* da Europa e a *igualdade* entre os estados-membros soberanos.¹⁰

A história desta *Europa do capital* mostra, com efeito, que ela assentou sempre numa atitude de *reserva mental* (escamoteando aos povos da Europa o verdadeiro significado da cada passo dado), numa política dos ‘pequenos passos’, numa *política do facto consumado* (há quem fale de *método Monnet*), na “mentira política institucionalizada, na hipocrisia, no ilusionismo e na abdicação generalizada da vontade”.¹¹ Nunca (ou muito raramente) foi dada a palavra ao povo, com o argumento de que o povo não percebe o que está em causa e não tem capacidade para perspetivar o futuro, insinuando estes ‘déspotas pseudo-esclarecidos’ que, se certas decisões (as mais importantes para a vida dos povos) ficassem dependentes da vontade popular, a História nunca avançaria.

Pura ilusão ou lamentável ignorância. Esquecem que o motor da História não são as façanhas ‘iluminadas’ de alguns ‘eleitos’. O motor da História é a *luta de classes* (di-lo o *Manifesto Comunista*: “a história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes”). Esquecem que “quem construiu Tebas das sete portas” (lembrando o famoso poema de Brecht) não foram os reis de que falam os livros, mas “aqueles que arrastaram os blocos de pedra”. Esquecem que quem “acaba por ter sempre a última palavra nos acontecimentos”, quem faz a

9 Cfr. A. Lechevalier/ G. Wasserman, *La Constitution Européenne – Dix clés pour comprendre*, Paris, La Découverte, 2005, p. 55.

10 Para mais desenvolvimentos, ver o meu livro *A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006.

11 Cfr. J. Génèreux, Jacques – *Manuel Critique du Parfait Européen*, Paris, Seuil, 2005, p. 14.

História, citando agora Miguel Torga, é o povo “que nunca traiu, o que dá esperança, o das revoluções populares, o que trabalha dia e noite sem esmorecer, o do arado e do remo, o [povo] que não cabe nas crónicas”.

3. – Segundo um seu ilustre colaborador e biógrafo, Mitterrand confessava, em 1983, estar “dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social”.¹² Era o reconhecimento de que a *justiça social não tinha lugar na ‘Europa’* em construção desde 1957. E, como é sabido, Mitterrand optou pela construção da ‘Europa’, sacrificando a justiça social. Esta tem sido, desde o início do processo de integração europeia, a opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus.

Alguns anos mais tarde, logo a seguir à queda do Muro de Berlim (9.11.1989), Michel Rocard reconhecia, com grande frieza – seguindo, afinal, a lição de Mitterrand –, que “as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa”, aceitando que, “para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel”. Para fazer a Europa, é, pois, necessário, segundo este destacado dirigente socialista, assumir as regras deste “jogo cruel” [as regras do jogo impostas pelo dito *capitalismo internacional*], vergando-se à lógica implacável da *mercadoização* da economia e da vida, “feita pela Europa, graças à Europa e por causa da Europa”, como reconheceu Pascal Lamy, outro alto dirigente socialista, então Diretor-Geral da OMC.¹³

Confissões como as de Rocard e Pascal Lamy refletem concepções que equivalem à *morte da política* e ao reconhecimento de que *a soberania reside nos mercados*, ideia acolhida nesta síntese tão sugestiva de Joschka

¹² Apud Jacques Attali, *Verbatim I*, Paris, Fayard, 1993, p.399.

¹³ Citações colhidas em Serge Halimi, “As promessas do Não”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/ 2005, p. 3.

Fisher¹⁴ (ex-dirigente de Os Verdes e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados”. Pois claro: *Mercados Über Alles!*

São confissões que traduzem, em boa verdade, o pensamento hoje dominante na social-democracia europeia, que relega as ‘preocupações sociais’ para o plano dos sonhos impossíveis, falando delas como quem exhibe uma velha joia de família, umas vezes envergonhadamente, outras vezes apenas para efeitos publicitários, para calar a (má) consciência e ‘ganhar o céu’. Quando falam a sério, os dirigentes socialistas confessam que, a seu ver, não há nada de relevante a fazer, no que toca à justiça social, no quadro de políticas públicas que não querem pôr em causa as *regras do jogo do capitalismo internacional*, ditadas pela *ideologia neoliberal dominante*.

As desculpas de ‘inocência’ ou de ‘ingenuidade’ (que não podem aceitar-se no plano da ação e da responsabilidade políticas, sobretudo quando a crítica lembra os perigos que se correm) acabaram com a aprovação do *Tratado de Maastricht* (1991/1992), que alterou profundamente a “natureza ideológica da comunidade”: esta passou a ser dirigida segundo princípios “ultraconservadores”, privando os estados-membros de autonomia em matéria de política monetária, cambial e orçamental e pondo em causa abertamente o chamado *modelo social europeu*.

A razão das críticas que venho fazendo há anos à cedência da social-democracia europeia ao ideário neoliberal saiu reforçada após a publicação de um livro recente do Prof. João Ferreira do Amaral, que não poupa nas palavras com que responsabiliza os socialistas europeus (incluindo o PS português) por terem construído este “mundo maastrichtiano”: “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, porque “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht” [como agora, digo eu, aprovaram o *Tratado*

14 Apud Ulrich Beck, *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”*: Estratégias de Poder na Crise do Euro, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013, p. 58.

Orçamental, que aperta ainda mais o colete de forças maastrichtiano]. “Este desvio para a direita por parte do socialismo europeu (...) – continua o Professor do ISEG – foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam”.¹⁵

4. – Em finais de outubro de 2004 foi assinado em Roma o *Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa*. Embora fosse difícil perceber como poderia haver uma Constituição Europeia sem haver um *povo europeu*, muitos acreditaram que conseguiriam impor aos povos da Europa esta *magna carta do neoliberalismo*. Mas os povos da França e da Holanda (os únicos que foram ouvidos nesta matéria) desautorizaram os seus representantes nos Parlamentos (que tinham aprovado a dita ‘Constituição’ com 92% e 85% de votos favoráveis, respetivamente) e rejeitaram o Tratado que visava *constitucionalizar o neoliberalismo*.¹⁶

Conhecido o resultado do referendo, o Presidente Jacques Chirac teve o bom senso de afirmar: “os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é”.¹⁷ O respeito pela vontade dos povos imporia que se arrepiasse caminho e se começasse a construir uma Europa diferente da que tinha sido construída até então. Em vez disso, os dirigentes europeus, defensores do “pensamento único euro-beato” (Jacques Génereux), continuaram afanosamente a sua ‘cruzada’, dando corpo a uma ‘Europa’ que os seus cidadãos não querem.

A aprovação do *Tratado de Lisboa* (dezembro/2007) foi mais um passo

¹⁵ Ver João Ferreira do Amaral, *Porque devemos sair do euro - O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*, Lisboa, Lua de Papel, 2013, p. 99/100.

¹⁶ Para mais desenvolvimentos, ver o meu livro *A Constituição Europeia...*, cit.

¹⁷ Ver *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), julho/2005.

a confirmar, escandalosamente, o *défice democrático* de todo o processo de construção europeia. A imposição deste tratado é a confissão solene de que os seus construtores querem impor “a Europa como ela é”, ainda que contra a vontade dos povos europeus. Como todos os dirigentes europeus proclamaram, este novo Tratado só deixou de se chamar ‘constituição’, mantendo tudo o que era a essência da ‘falecida’ *Constituição Europeia*, tanto no que se refere à estrutura dos poderes políticos como no que tange às questões económicas, financeiras e sociais. Por isso o fizeram aprovar longe da ‘populaça’, no ambiente ‘amigo’ e ‘confortável’ dos parlamentos nacionais, fartinhos de saber que “os cidadãos (...) recusam a Europa como ela é”, a Europa tal como constava daquela ‘Constituição’, em especial a *Europa maastrichtiana*.

5. – A crise atual na Europa (crise do euro, crise da ‘Europa’) veio tornar evidente que esta crise do capitalismo (e crise da Europa capitalista) é também uma *crise da democracia*. Autores vários convergem nesta análise. Tomemos Ulrich Beck.

Segundo este destacado sociólogo alemão, “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra”.

Os governos adotam um “socialismo de estado para os ricos e os bancos” e aplicam as receitas do “neoliberalismo para a classe média e os pobres”.

Os governos impõem “um sistema gerador de tanta desigualdade e injustiça, que imputa, escandalosamente, aos grupos mais fracos os custos resultantes de um sistema financeiro que ficou descontrolado”.

É uma situação que se caracteriza pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados [os estados que configuram a *ditadura do grande capital financeiro*. AN], um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam”.¹⁸

18 Cfr. Ulrich Beck, *ob. cit.*, p. 20/21, 27 e 110.

É um diagnóstico certo este: o estado [o estado capitalista] é o *estado do capital*, o estado “que salva bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiça o futuro das gerações jovens”.

E é também um diagnóstico preocupante, porque, se o poder do estado (do *estado do capital*) carece de legitimidade, está em causa a democracia, ficando a nu a *ditadura* que permite ao capital sem legitimidade submeter os que, apesar de terem *elevada legitimidade*, têm um *pequeno poder*. Esta é, a meu ver, a situação em que vivemos. A crise do capitalismo pôs em evidência a *natureza de classe do estado*: o estado capitalista é hoje a *ditadura do grande capital financeiro*.

Acresce que o referido *défice democrático* vem-se agravando perigosamente desde o início da crise. A UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém dá pela existência do Parlamento Europeu, que continua muito longe de ser o órgão representativo dos povos da União Europeia. A Comissão Europeia perdeu a credibilidade, a autonomia e o poder de iniciativa. Os mais altos dirigentes da UE são gente de quinta categoria. E é claro que nem os povos, nem os parlamentos nacionais são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Habermas chama de “intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores”.¹⁹ Com efeito, os ‘donos’ da Europa resolvem tudo (ou não resolvem nada) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, sob a batuta da Alemanha. A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, é completamente ignorada, porque tudo é decidido em função dos interesses ‘imperiais’ e dos calendários eleitorais da Alemanha.

19 Cfr. *ob. cit.*, p. 136.

6. – Já disse atrás que o *Tratado de Maastricht* marca um ponto de viragem no processo de integração europeia, acentuando a nota federalista. Analisarei aqui tão só alguns aspetos relacionados com a criação da União Económica e Monetária (UEM): a entrada em funções do Banco Central Europeu (BCE); a entrada em circulação do euro como moeda única de vários países da UE; a aprovação e entrada em vigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Partilho a opinião daqueles que entendem terem sido essencialmente razões de natureza política as que justificaram o ‘salto’ que levou à institucionalização da UEM. A França não esqueceu que Paris foi bombardeada três vezes pelas tropas alemãs entre 1870 e 1940 (desta vez o país foi ocupado). Por isso, tentou, até ao fim, evitar a ‘reunificação’ da Alemanha. Mas Helmut Kohl ganhou o braço de ferro, ‘ajudado’ por Gorbachev com a cumplicidade dos EUA. Regressada a *Grande Alemanha* (com a integração da RDA na RFA), renasceram os ‘medos’ da França, que tratou de amarrar mais a Alemanha ao barco comum europeu, aprofundando a sua inserção no tecido da Europa comunitária. A UEM surgiu, aos olhos da França, como o instrumento (político) que visava ‘controlar’ melhor a ‘ameaça alemã’, tentando evitar o regresso aos tempos do *Deutschland Über Alles*.

Talvez esta solução – que esqueceu os argumentos de ordem técnica que desaconselhavam a criação da *união monetária europeia* – tenha ajudado a resolver problemas de relação (e de desconfiança) política entre a França e a Alemanha. Mas ela veio reforçar o papel da Alemanha como potência hegemónica, que conseguiu impor aos países da zona euro as suas concepções em matéria de política monetária e financeira (os critérios nominais do PEC, o estatuto do *deutsche euro* e o estatuto de independência e as competências do BCE) e conseguiu que elas ficassem consagradas nos Tratados estruturantes da UE como *normas* ou *regras* de aplicação mecânica, ‘matando’ a cidadania, a política e a democracia, que implicam a *liberdade* para *tomar decisões* e a *responsabilidade* de *prestar contas* por elas.

Muitos reconhecem hoje que terá sido precipitada a decisão de criar a união monetária europeia sem que estivessem reunidos os requisitos mínimos de uma *zona monetária ótima*: países ou regiões com níveis idênticos de desenvolvimento e de produtividade; forte integração no interior da zona monetária, quer no que se refere às transações de bens e serviços quer no que toca à mobilidade da mão de obra; uma estrutura política que permita um certo grau de federalização da fiscalidade e um orçamento com capacidade redistributiva (as despesas federais representam, nos EUA, 60% da despesa pública global).²⁰

20 Em Portugal, o erro político foi denunciado, desde o início, pelo PCP e também por autores como Sérgio Ribeiro (*Não à Moeda Única: Um Contributo*, Lisboa, Edições Avante, 1997) e eu próprio (ver, por exemplo, “Nota sobre a independência dos bancos centrais”, em *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, ISEG-UTL, Lisboa, 1996, pp. 405-423, “A institucionalização da União Económica e Monetária e os estatutos do Banco de Portugal”, em *Boletim de Ciências Económicas* (FDUC), vol. XLV-A (especial), Coimbra, 2002, 65-98. e *A Constituição Europeia...*, cit.).

Também João Ferreira do Amaral foi sempre contrário à *moeda única*, embora aceitando as vantagens de uma *moeda comum* (uma espécie de *unidade de conta*), a par das *moedas nacionais* dos países da UE. Em livro recente, o autor, para além de mostrar que a UEM nunca satisfaz os requisitos de uma zona monetária ótima (os definidos por Robert Mundell no famoso artigo na *American Economic Review*, 1961), acrescenta ainda uma outra razão. Considerando que a CEE/UE é “uma organização meramente artificial, quase sem identidade”, constituída por “países que têm a sua identidade própria, organizados em estados com muitos séculos de História”, defende que, “numa situação destas, os interesses das entidades-estados não podem ser preteridos face aos interesses do todo, porque os cidadãos nacionais não aceitam a subalternidade do seu estado em relação aos interesses dos restantes”. Daí a sua conclusão: “nunca o espaço europeu poderá constituir uma zona monetária ótima”. Cfr. J. F. Amaral, *Ob. cit.*, p. 71. Os adeptos do estado federal europeu não deviam esquecer estas reflexões.

Se o apoio de um Prémio Nobel ajuda, posso invocar Paul Krugman (“Quando ‘Quando a austeridade falha’”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*), que considera a UEM uma *fantasia* e acusa as autoridades europeias de

Compreende-se que uma zona monetária – sobretudo se pretender, como é o caso da UEM, que a sua moeda se imponha mundialmente como moeda de referência – não pode suportar no seu seio défices públicos diferenciados e significativos. Por isso é que os países que a integram devem apresentar um nível muito aproximado de desenvolvimento económico e social, para que todos possam cumprir as *mesmas regras* de gestão financeira. Mas este requisito falta na UEM, desde o início.

Todos sabiam, por isso, que a *união monetária europeia* era um projeto de difícil sustentação, nomeadamente por integrar países com economias muito heterogéneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida, aos hábitos de consumo e à mobilidade, dentro do espaço europeu, dos seus trabalhadores e dos seus povos. Assim sendo, o bom senso recomendava que se desse prioridade a políticas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto, trabalhando em conjunto, *solidariamente* e *em cooperação*, para atingir, no âmbito da UE e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes de desenvolvimento económico e social.

Ora, é notório que as políticas adotadas até ao presente têm ido sempre em sentido contrário àquelas que este diagnóstico aconselhava. Dadas as condições históricas e os termos em que foi criada (nomeadamente o seu compromisso com os cânones mais fundamentalistas do neoliberalismo), a UEM veio destruir os sistemas de defesa dos países mais débeis da Eurozona em situações de crise (nomeadamente, a possibilidade de se financiarem através da *emissão de moeda*, de recorrerem à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos, de manejarem soberanamente as taxas de juro, de adotarem políticas inflacionistas, de regularem os movimentos de capitais).

incapacidade para lidar com os problemas decorrentes da crise atual, incapacidade que traduz “falta de coragem para enfrentar o fracasso de uma fantasia”.

7. – Como é sabido, a consolidação do *mercado interno*, a construção da UEM e a densificação da União Europeia têm-se traduzido, para os estados-membros, na perda de soberania (em *europês*, fala-se de *soberania partilhada*) em vários domínios (política monetária e cambial, política financeira, agricultura e pescas, política de concorrência etc.). E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que priva os estados nacionais de receitas não provenientes de impostos e de qualquer possibilidade de atuação direta como empresários com presença relevante em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outras áreas da economia.

Importa ter presente, porém, que, apesar das perdas de soberania atrás referidas, a UE não é um estado federal (embora goze, agora, de personalidade jurídica): o Parlamento Europeu não é a sede do poder político da União, e mesmo depois do Tratado de Lisboa, continua a ser um *nada político*; a Comissão Europeia não é um governo federal; um orçamento que mobiliza cerca de 1% do PIB comunitário está longe de um orçamento federal digno desse nome.

Isso significa que as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União: nenhuma das instituições comunitárias tem a competência para (ou a responsabilidade de) definir políticas anticíclicas, nem existem no orçamento da UE os recursos necessários para as financiar. E como as instituições da União *não são órgãos de soberania* não dispõem da chamada *competência das competências*, i.é., não podem atribuir a si próprias novas competências.

Durante a preparação da UEM, chegou a ser proposto um esquema baseado na transferência de verbas do orçamento comunitário para ajudar (sobretudo) os pequenos países afetados por choques externos (v.g. uma baixa significativa das exportações) a desencadear políticas destinadas a ultrapassar a crise. Mas esta solução não foi adotada, tendo-se sacrificado a economia real e a solidariedade comunitária aos equilíbrios financeiros.

A presente crise veio confirmar o que já se sabia: em caso de crise grave, a UE não tem meios para se defender, não tem órgãos com

competência política e com meios financeiros para definir *políticas comunitárias* que possam ser mobilizadas para ajudar os países mais fracos a ultrapassá-la. Por outro lado, falta a esta ‘Europa’ a cultura da *solidariedade*, sem a qual não se pode falar de um espaço político integrado.

Amputada a sua soberania monetária e cambial e fortemente limitada a sua autonomia em matéria de política orçamental, os pequenos países do euro ficaram confinados à intervenção em matéria de salários e de emprego para enfrentar os choques externos (a chamada *desvalorização interna*, para substituir a *desvalorização da moeda*).

Esta é a política exigida para salvaguardar as taxas de lucro (combustível do processo de acumulação do capital) e para garantir ao capital financeiro a apropriação dos ganhos de produtividade. É a *política de austeridade* seguida pelos estados-membros da UE (imposta ou estimulada pelas instâncias comunitárias e pelas *troikas*), centrada no reforço da exploração dos trabalhadores (redução dos custos unitários da força de trabalho, aumento do horário de trabalho, redução dos salários reais, diminuição dos descontos patronais para a segurança social, redução dos direitos sociais dos trabalhadores) e em políticas contracionistas geradoras de recessão e de desemprego.

E a chamada (inventada) *crise das dívidas soberanas* veio acelerar as consequências decorrentes da filosofia inspiradora da UEM.²¹ No quadro da

21 Mark Blyth, *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013, p. 21-28 e 37, mostra que a chamada *crise da dívida soberana* “é uma crise transmutada e bem camuflada da banca”, é “uma crise bancária habilmente e sobretudo politicamente transformada numa crise do setor público”. Ela é, em boa verdade, uma invenção para mascarar a *crise bancária* que obrigou os estados a endividar-se para salvar os bancos e que pode suscitar, sobretudo na Europa, um problema sem solução ao nível de cada estado nacional (e sem solução também ao nível da UE, tal como ela existe depois de Maastricht). Basta recordar que só os três maiores bancos franceses têm ativos de valor sensivelmente igual a 2,5 vezes o PIB da França (nos EUA, o valor total dos ativos de todo o sistema financeiro corresponde a cerca de 120% do PIB americano). Estes bancos

crise, as medidas adotadas para a enfrentar têm obedecido à matriz ideológica neoliberal da UE e da UEM, indo todas no sentido de acrescentar mais crise à crise, mais recessão à recessão, mais desemprego ao desemprego, mais déficit ao déficit, mais dívida à dívida.

O estado capitalista, apesar das máscaras a que recorre para esconder a sua natureza, não consegue, hoje, disfarçar a sua natureza de *estado de classe*, de *ditadura do grande capital financeiro*.

O menos que pode dizer-se é que a Europa precisa de curar-se da dependência das ‘drogas’ do receituário neoliberal e de libertar-se da tirania do *deutsche euro*, o que exige uma reforma substancial das traves-mestras da Europa neoliberal, a começar pelas que decorrem do *Tratado de Maastricht*.

8. – Embora a UE não seja um *estado federal*, o BCE foi concebido como uma *instância supranacional*, um verdadeiro *banco central federal*. Os bancos centrais nacionais dos países do euro (meras *repartições periféricas* do BCE) têm um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana, sendo obrigados a cumprir as deliberações e orientações do BCE.

Os estados da zona euro perderam a capacidade de se financiar por meio da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos “mercados” e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *respublica*.

não podem ser resgatados por um qualquer país e dificilmente podem ser resgatados pela União Europeia.

O BCE reivindica para si próprio “um núcleo central de soberania.”²² Seja ou não ‘soberano’ o BCE, a verdade é que o fato de não existir um *estado europeu* com o qual o BCE seja obrigado a concertar a sua atuação reforça consideravelmente a ‘independência’ deste *banco central*, que é o banco central mais fiel aos cânones monetaristas radicais, o banco central mais ‘independente’ que se conhece, desde a ‘revelação’ do dogma neoliberal da *independência dos bancos centrais*.

A sua *independência* traduz-se no fato de ele estar impedido de solicitar ou de receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros. Segundo o entendimento a que se chegou no Conselho de Helsínquia (dezembro/1999), as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes no domínio das atribuições do Banco mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social.

O objetivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda, é, segundo os seus Estatutos, o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado. É, pois, um banco central sem os meios necessários para atuar de forma correta no combate às crises cíclicas.

Muito diferente é a situação nos EUA (como no Japão, no RU, na China e em outros países), onde o banco central é uma *agência governamental* entre outras (o Fed é *independent within the Government*), obrigado a trabalhar no sentido de adequar a sua ação não só ao objetivo

22 É o que se afirma no *Boletim Mensal do BCE* (outubro/2000, 55): “o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania”.

da estabilidade dos preços, mas também aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

Acresce que os países referidos no parágrafo anterior (e muitos outros) podem financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (i.é, à emissão de moeda). Ao invés, a UE e os estados-membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados-membros.

Naqueles países, quando, movidos por estratégias especulativas, por pânico ou por outras razões, os ‘investidores’ decidem vender em larga escala títulos de dívida pública de que são titulares, o respetivo banco central, no cumprimento das suas funções, intervém no mercado a comprar esses títulos, para evitar o aumento das taxas de juro. Ao invés, segundo os seus Estatutos, o BCE não tem nada que ver com estes problemas e, em bom rigor, só poderia comprar títulos de dívida pública no mercado secundário se tal intervenção fosse justificada pela necessidade de salvaguardar a estabilidade dos preços. Os estados-membros da zona euro (nomeadamente os mais débeis) ficam sozinhos a enfrentar os ataques dos especuladores (a “aids da economia mundial”, como lhes chamou Jacques Chirac em 1995).

Quando os bancos ficaram sem fundos (gastos, criminosamente, em operações especulativas nos ‘jogos de casino’ em que se especializaram), o BCE não apoiou financeiramente as operações de salvamento levadas a cabo pelos estados nacionais, que foram obrigados a endividar-se junto dos “mercados” (os mesmos bancos especuladores cujas ‘dívidas de jogo’ foram pagas com o dinheiro dos contribuintes) e que não hesitaram em ‘confiscar’ os direitos e os rendimentos dos seus cidadãos (imolados no altar das *políticas de austeridade*, impostas pelo BCE, vestindo a própria farda ou inserido no exército da *troika*).

Amparado nos Estatutos (que constam dos Tratados!), o BCE tem

usado a sua ‘soberania’ para atuar como instrumento da *financeirização* da Europa e guardião dos interesses do capital financeiro.

Com efeito, o BCE vem financiando, com dinheiros públicos, a atividade especulativa dos bancos privados, que continuam a fazer a única que sabem fazer: especular, agora com a dívida pública dos estados que se endividaram para os salvar da falência.

Tem razão Mark Blyth quando defende que “a austeridade não é apenas o preço da salvação dos bancos. É o preço que os bancos querem que alguém pague”.²³ A pretexto da crise que provocaram mediante práticas criminosas pelas quais ninguém foi responsabilizado, os bancos têm recebido do erário público muitos milhares de milhões de euros (e dólares), que vêm utilizando para financiar o *crime sistêmico*.

Há quem defenda que “a Europa poderá ter que deixar cair o euro para se salvar a si própria”.²⁴ Mesmo que assim não seja, eu creio que quem quiser salvar o euro (e a ‘Europa’ que o criou) tem de entender que é imperioso rever, de alto a baixo, este *estatuto esquizofrênico* do BCE. O BCE tem de abandonar o esplêndido isolamento da sua *independência* antidemocrática e deve assumir-se como um *verdadeiro banco central*, com capacidade para emitir moeda destinada a financiar diretamente os investimentos da União e dos estados-membros, para adquirir títulos de dívida pública no mercado primário, para adequar a taxa de câmbio do euro às necessidades conjunturais e para ajudar os países da UE a promover uma estratégia de desenvolvimento sustentado e a prosseguir políticas públicas de combate às crises.

Não é tolerável este domínio do capital financeiro sobre a política e sobre a economia. Mesmo aqueles que, na senda de Keynes, apenas pretendem salvar o capitalismo, em moldes que permitam a sua coexistência

23 Cfr. *Austeridade...*, cit., 24.

24 É o caso de Joseph Stiglitz, *Expresso*, 9.3.2013.

com as regras do jogo democrático, têm de levar a sério as propostas keynesianas no sentido da defesa da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado da poupança da comunidade e dos fluxos do investimento por ela alimentados*. Por estas razões defendeu Keynes a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade de “uma ação inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correta da poupança nacional, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direção”, a necessidade de “medidas indispensáveis de socialização” e de *uma certa socialização do investimento* (“a somewhat comprehensive socialization of investment”).

Perante o beco sem saída cada vez mais evidente a que conduzem as estruturas neoliberais da própria UE e as políticas neoliberais em curso, sinto-me confortado por ver que um número crescente de autores se vem pronunciando no sentido de que a saída da crise generalizada do capitalismo exige medidas de fundo, que passam pelo abandono do princípio da liberdade de circulação do capital, pela destruição dos paraísos fiscais, pela socialização do setor bancário e segurador, pelo fim da independência absoluta dos bancos centrais, pela revogação do princípio da banca universal (regulação estrita da atividade financeira), pelo reforço da progressividade do sistema fiscal, pela tributação das transações financeiras, pelo combate à fraude e à evasão fiscais, pela “eutanásia dos rendistas” (como pretendia Keynes), pelo reforço do estado social, pela melhoria dos rendimentos do trabalho, pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para tanto, é necessário que as instâncias políticas democraticamente legitimadas não sejam substituídas pelos “mercados”; é necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado. Tal como os estados nacionais, a União Europeia não pode ser dominada pelos bancos. Tem que ser ela a dominar os bancos, a começar pelo BCE. “Os estados não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros:

a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso”.²⁵

9. – Perante esta *crise do euro*, prevaleceu, até hoje, a tese de que ela se deve aos ‘pecados’ dos *povos do sul* e a tese de que tal ‘doença’ se cura pela penitência e pelo sacrifício purificador, que anda de par com essa outra tese da *austeridade regeneradora*.²⁶ Como muitos entenderam que para se ser bem visto nesta ‘Europa alemã’ era necessário não ser (ou, pelo menos, não parecer) ‘pecador’, assistiu-se ao deprimente espetáculo de ver os governantes irlandeses a jurar que a Irlanda não era Portugal, os portugueses a jurar que Portugal não era a Grécia, os espanhóis a jurar que a Espanha não era Portugal, os italianos a jurar que a Itália não era a Espanha, os franceses a jurar que a França não era a Itália... A União Europeia transformou-se numa melodramática *desunião europeia*.

Esta ‘leitura’ da crise e as políticas adotadas para a enfrentar estão a destruir as economias europeias, estão a romper o tecido social dos estados europeus, estão a desperdiçar uma geração (os jovens desempregados, quatro em cada dez); podem acelerar o fracasso da “fantasia” da UEM e do euro (nomeadamente do euro como moeda de referência nos pagamentos internacionais, capaz de pôr cobro ao monopólio do dólar) e podem mesmo pôr em causa a Europa de paz que se pretendeu construir com a criação da CECA (uma Europa desejosa de integrar, sem riscos, uma *Alemanha europeia*, uma Alemanha despida de projetos imperiais e solidária com os interesses de todo o Velho Continente).

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários alemães, Thomas Mann exortava-os, precisamente, a construir uma

25 Cfr. James Galbraith, “Que Europa para controlar os mercados?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2010.

26 Sobre as *políticas de austeridade*, ver A. J. Avelãs Nunes, “Apontamento sobre a origem e a natureza das políticas de austeridade”, em *A austeridade cura? A austeridade mata?*, Eduardo Paz Ferreira (Coord.), Lisboa, Lisbon Law School Editions, 2013.

Alemanha europeia e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*. Este apelo foi recordado, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha.

Hoje, não faltam razões para temer que este apelo se tenha esfumado. Em novembro de 2011, o secretário-geral do partido da Chanceler da Alemanha declarava num Congresso do seu partido que “agora na Europa fala-se alemão”. Mais recente é estediagnóstico de Ulrich Beck: “a crise do euro tem levado à emergência – até agora constante – da Europa alemã. (...) A Europa tornou-se alemã”, mas “dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu”.²⁷

Vistas as coisas de outro ângulo, a Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora”, “visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa”, ditando, por parte da Alemanha, uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros”.²⁸ É a *Europa alemã*, ‘governada’ por esta *Alemanha alemã*, que esqueceu a “cultura de moderação” que adotara até há poucos anos e que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, “viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”. Quem o afirma é Ulrich Beck.

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente, a ponto de o próprio Joschka Fisher não conseguir esconder a sua preocupação: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”.²⁹

27 Cfr. U. Beck, *ob. cit.*, p. 11, 89 e 111.

28 Cfr. J. Habermas, *ob. cit.*, p. 163-169.

29 *Apud* João Almeida Fernandes, “Temos razões para detestar Merkel ?”, em Público, 11.8.2012, p. 22-24.

Pessoalmente, perante as dificuldades por que passa o povo grego, impressiona-me muito o comportamento do governo alemão e da opinião pública alemã, que já aconselharam os gregos a vender o Parthénon e as ilhas do Mar Egeu.

Os países, tal como as pessoas, têm de assumir a sua História por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. E a Alemanha, sem esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias.

Não pode esquecer que foi ela o devedor menos cumpridor da história do século XX, tratando-se, ainda por cima, de dívidas contraídas em associação com a prática de crimes gravíssimos contra os povos da Europa e de todo o mundo (*crimes conta a humanidade*).

Não pode esquecer que mais de um milhão de gregos foram mortos em 1940 pelas tropas nazis, que causaram também ao povo grego enormes prejuízos materiais, sem contar com a pilhagem de obras de arte sem preço. Não pode esquecer que, oito anos apenas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, vários países (entre os quais a Grécia, a Espanha e a Irlanda) acordaram em perdoar dívidas à Alemanha.³⁰

30 O chamado *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953) reflete o acordo estabelecido entre a devedora Alemanha (uma dívida avaliada em 32 bilhões de marcos) e 26 países credores (os principais eram os EUA, o RU, a Holanda e a Suíça). Os EUA propuseram o perdão total da dívida contraída pela Alemanha após a 2ª Guerra Mundial, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos: **a)** perdão de 50% da dívida; **b)** redução considerável da taxa de juro; **c)** reescalonamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920); **d)** o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a recorrer a outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações); **e)** o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 50% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos e a sua renegociação em caso de dificuldades

Os jornais gregos e alemães vêm falando de um relatório ainda secreto (mandado elaborar pelo Ministério das Finanças da Grécia) que estima os danos causados à Grécia em mais de 160 mil milhões de euros. Chegava para resolver os problemas financeiros da Grécia, que refletem, aliás, ganhos fartos do capital alemão. Sabendo que a Alemanha nunca pagou à Grécia um cêntimo que fosse para indenizar o povo grego dos danos que lhe causou, o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos ‘povos do sul’, exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios – vem agora dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro, semelhante à daqueles que negam o holocausto.

Este mesmo ministro conhece certamente muito bem a história do sistema bancário alemão, recheada de episódios de corrupção e de gestão danosa. Talvez porque teve em conta (também) esta informação, o ministro reconheceu, no final de 2011 que “a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais” têm “responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008”. Talvez essa *cupidez* dos bancos alemães tenha tido alguma responsabilidade na crise bancária que também afetou a Alemanha, cujos contribuintes tiveram de pagar, entre 2008 e 2012, segundo dados da Comissão Europeia, 646 mil milhões de euros para salvar bancos alemães à beira da falência, o que faz da Alemanha o país que mais gastou, a seguir ao Reino Unido, para não deixar falir bancos irresponsáveis

económicas; **f)** os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação; **g)** o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

A História ensina que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História.

(ou criminosos), mas *too big to fail*.³¹

O ministro alemão deve saber que a *cupidez* é um ‘pecado’, mas tem sido um dos pregadores mais inflamados na difusão da tese de que a (inventada) crise da *dívida soberana dos povos do sul* é fruto, não do ‘pecado’ da cupidez da banca, mas dos ‘pecados’ dos *povos do sul*, povos preguiçosos que se habituaram a viver acima das suas posses. Por isso o ministro das finanças alemão entende que estes povos têm de ser ‘castigados’ com duras ‘penitências’, para expiarem os seus ‘pecados’, esquecendo aquilo que sabe muito bem: que o grosso da despesa que endividou os estados periféricos do sul da Europa (e mesmo países ricos como os EUA) representa o custo da salvação dos ativos dos muito ricos do topo e a banca arruinada pelos ‘jogos de casino’.³²

A “paixão europeia pela austeridade” de que fala Paul Krugman (ou a “fixação europeia na austeridade” a que se refere Mark Blyth) alimenta-se desta ‘teologia’ perversa. E também por aqui se explica que, quando se tratou de ‘ajudar’ os *povos do sul* em dificuldade, a Alemanha e a UE, comandada pela Alemanha, lhes tenham emprestado dinheiro a juros agiotas. Sabemos que o BCE tem ganho milhares de milhões de euros nos negócios com os títulos da dívida pública dos *países do sul*. Em 2012, o BCE aceitou devolver à Grécia mais de três mil milhões de euros que tinha ganho em operações sobre títulos da dívida pública grega. E a Alemanha aproveitou igualmente a crise resultante da *cupidez dos bancos* para ganhar dinheiro à custa dos *povos do sul*. Segundo os jornais, a Alemanha tinha ganho, até então, com os negócios sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros.³³

31 Cfr. *LesÉchos*, 16.12.2011, e *Público*, 25.8.2013.

32 Cfr. M. Blyth, *ob. cit.*, p. 35.

33 Ver *Expresso*, 24.8.2013. É claro que tanto o BCE como a Alemanha ganharam também muito dinheiro com os negócios sobre títulos da dívida pública portuguesa.

Compreende-se agora a razão por que foi ‘inventada’ a *crise das dívidas soberanas* e confirma-se que quem está a pagar o preço desta crise não são os contribuintes alemães (que só pagaram para tapar os buracos do seu próprio sistema bancário), mas os ‘colonizados’ *povos do sul*. Malhas que o império tece...

O ministro alemão sabe tudo isso (e muito mais) muito melhor do que eu. E talvez também saibam tudo isto os ‘comentadores’ que, no meu País, vão todos os dias à TV dizer que temos de ‘comer e calar’, porque os contribuintes alemães podem perder a paciência e deixar de pagar os ‘pecados’ (ou os vícios) dos *povos do sul*. É um espetáculo pouco dignificante aquele a que vamos assistindo nestes tempos do *capitalismo do crime sistémico organizado*, nestes tempos em que o “dinheiro organizado” comanda e controla os grandes centros produtores e difusores da ideologia dominante, nomeadamente os poderosos meios de comunicação social de massas.

10. - Não posso estar mais de acordo com aqueles que defendem que a construção europeia é uma “gigantesca operação de subtração política (...), de subtração de soberania popular”, que “é tão somente o outro nome da própria democracia”. Daí a crítica à “esquerda de direita”, que fica sempre irritada quando ouve falar de *soberania*, por não entender que “a rejeição da soberania é mesmo a negação da democracia na Europa”.³⁴ Esta negação das soberanias nacionais, como se se tratasse de um farrapo velho, é uma atitude tão fora do mundo como a patética proclamação de Dominique Strauss-Kahn (ex-ministro todo-poderoso de Mitterrand e candidato falhado do PS às eleições presidenciais francesas): “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus”.³⁵

34 Cfr. Frédéric Lordon, “Sair do euro, mas como?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2013, p. 12.

35 *Apud* Jean-Pierre Chevènement, *Pour l’Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005, p. 54 e 183.

Essa questão da importância das soberanias nacionais no quadro europeu foi, aliás, diagnosticada na França, logo depois do referendo (29.5.2005) que ‘matou’ a ‘Constituição Europeia’. No dia 1.6.2005, Hubert Védrine, ex-ministro socialista dos negócios estrangeiros e partidário do SIM, escreveu em *Le Monde*: “o que envenenou tudo foi a obstinação no sentido de se ridicularizar qualquer sentimento patriótico normal, de caricaturar quaisquer preocupações com o alargamento da União, mesmo legítimas e não xenóforas, de tornar suspeito qualquer desejo, perfeitamente normal, de as pessoas pretenderem conservar, no quadro da globalização, uma certa soberania sobre os seus destinos e a sua identidade, de varrer com desprezo qualquer crítica. Foi tudo isso, juntamente com a insegurança social, com a *insegurança identitária*, com o sentimento de desapossamento democrático”, foi tudo isso que justificou o NÃO dos franceses.³⁶

Pouco depois, escrevia Pierre Nora (também partidário do SIM): “Estamos a pagar pela ridicularização sistemática de qualquer manifestação de *apego à nação*. De forma consciente ou não, passou-se o tempo a ridicularizar e a negligenciar um inconsciente coletivo muito forte, sacrificando-o às *miragens de uma construção europeia*, a *uma Europa com falta de definição e de limites*, mas que nem por isso deixava de ser posta no altar de um ‘horizonte inultrapassável’ e até de um ‘sonho’”.³⁷

Os fanáticos construtores de uma *europa-fantasma-sem-cidadãos* têm de compreender que os povos, as nações e os estados não se abatem por decreto ou por decisões de puro voluntarismo político, com recurso ao velho método do ‘rolo compressor’.

Mas os construtores desta *Europa do capital* pensam que podem construí-la não apenas *contra os cidadãos europeus*, mas também, pelos vistos, *sem cidadãos* (fazem-se depois, talvez *made in China*, que ficam

36 *Le Monde*, 1.6.2005.

37 *Le Monde*, 4.6.2005.

mais baratos...). O *Tratado de Maastricht*, ao criar a União Europeia, veio redistribuir os poderes no seio da UE em claro prejuízo dos países mais pequenos e mais fracos. O *Tratado de Lisboa* acentuou escandalosamente o desequilíbrio de poderes entre os estados-membros da UE, apesar de continuar a proclamar, hipocritamente, a igualdade entre eles. O *Tratado Orçamental* (2012) vem reduzir os países mais débeis a um estatuto de tipo *colonial*, ‘governados’ por executivos eurocratas, deixando claro que todo o poder que conta está entregue à Alemanha.

No entanto, parece incontestável que a Europa é constituída por povos diferentes, todos ciosos da sua independência (que celebram, frequentemente, como feriado nacional mais importante, o dia de uma qualquer vitória sobre o país vizinho...), que respeitam e levam a sério a *soberania nacional* e que já se perceberam de que essa história da *soberania partilhada* é uma patranha para enganar tolos.

Parece igualmente incontestável que o *espaço nacional* continua a ser a matriz da soberania, o único território para o exercício da democracia e da cidadania, para além de ser o terreno por excelência da luta pelas transformações sociais e da luta anti-imperialista. Por isso eu entendo que os conceitos de *Pátria* e de *patriotismo* (não confundir com *patrioteirismo*) devem ser valorizados como *valores da esquerda*.

À luz desta realidade, tenho para mim que, sem estados nacionais soberanos e iguais, a ‘Europa’ nunca passará de um exótico cemitério de mortos-vivos (ou de vivos-mortos). Por isso entendo que é preciso ‘inventar’ urgentemente uma outra Europa, porque esta *Europa neoliberal* enredou-se numa teia que lhe tolhe os movimentos e a própria respiração, fazendo dela uma entidade petrificada, incapaz de evoluir e de caminhar ao encontro dos seus povos.

11. – Durante o período de debate público que antecedeu o referendo sobre o projeto da chamada *Constituição Europeia*, alguns antigos dirigentes do Partido Socialista francês (que, contra o seu partido, fizeram campanha pelo NÃO à dita ‘constituição’) vieram dizer verdades que não se ouviam

antes, vindas de dentro do campo social-democrata.

Jean-Pierre Chevènement, várias vezes ministro de governos socialistas, caracterizou a ‘esquerda’ representada pelo PSF como “uma mescla de ‘realismo económico’, de anticomunismo renovado e de espírito social cristão”, considerando-a a “convergência de fundo da esquerda social-liberal com a direita liberal em matéria de política económica e social”.³⁸

Georges Sarre veio defender que “a Europa se transformou no *joker* de uma esquerda sem projeto nem reflexão”, uma “esquerda que não tem outro projeto para além da construção europeia, a *Europa*”, uma esquerda que, para ser credível e não assustar os mercados, defende e pratica “uma política ainda mais à direita do que a direita”.³⁹ E Jacques Généreux não hesitou em escrever que se ela [a tal ‘constituição europeia’] fosse aprovada, “só as políticas de direita e conformes à lógica liberal seriam constitucionais”.⁴⁰

Em outubro de 2011 escreveu o porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon, atual ministro do governo Hollande): “Uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], à semelhança da direita, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. (...) Fomos em vários lugares do mundo um obstáculo ao progresso”. Feito o diagnóstico, acrescenta este dirigente socialista: “Não me resigno a isso”.

Também em Portugal algumas vezes vindas do campo socialista sublinham que o ‘blairismo’ não passa de uma “tentativa de conciliar o inconciliável e de justificar o injustificável” e reconhecem que os partidos socialistas e sociais-democratas europeus “perderam a alma e a coerência ideológica”, não passando hoje de uma “variante social-democrata do neoliberalismo”. Alguns admitem mesmo que a tendência

38 Citado por S. Halimi, “A esquerda governamental...”, cit., p. 8/9.

39 Cfr. G. Sarre, *L'Europe contre la Gauche*, Paris, Eyrolles, 2005, p. 165-169.

40 Cfr. *Libération*, 9.10.2003.

dominante nos partidos que integram a Internacional Socialista é “a tendência neoliberal (...), que se traduz, basicamente, na aceitação do fundamentalismo do mercado”.⁴¹

Perpassa por aqui a ideia de que é urgente arejar esta Europa construída “à porta fechada”, deixando entrar por ela adentro a vontade dos povos da Europa, escorraçando os guardiões do templo neoliberal. Mas a tendência dominante da social-democracia europeia continua a comportar-

41 Este é o diagnóstico de Alfredo Barroso, *ob. cit.* BARROSO, Alfredo – “A crise da social-democracia europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17. Já em 2013, o economista e deputado eleito pelo PS na Assembleia da República João Galamba escreveu um artigo que confirma haver entre os socialistas e sociais-democratas portugueses alguns que não fogem aos problemas, não recusam enfrentá-los e analisá-los, colocando-se assim no caminho da compreensão da vida e da descoberta de *soluções alternativas* para as dificuldades que temos de enfrentar (porque a ideia de que *não há alternativa* é uma ideia que devia envergonhar os seus defensores). Vale a pena transcrever o último parágrafo desse artigo: “A moeda única, para funcionar, teria de ser uma federação, semelhante aos Estados Unidos da América. Isto é, teria de ter um verdadeiro orçamento federal, financiado por recursos próprios; teria de criar títulos de dívida europeia, para garantir estabilidade financeira; teria de institucionalizar mecanismos de transferências orçamentais, para garantir o mínimo de coesão territorial. E tudo isto já, e não daqui a uns anos. Como esta revolução institucional é simultaneamente impossível (não existem condições políticas para pôr em prática esse projeto) e necessária (sem essas reformas o euro não é sustentável), é difícil criticar o *statu quo* sem concluir que o problema reside, afinal, na existência da própria moeda única. Consequentemente, o único caminho desejável consiste em tentar dismantelar, de forma coordenada, a união monetária, sem pôr em causa o próprio projeto europeu. Não sei se esse projeto será possível, mas tenho a certeza de que será necessário, porque a alternativa é um dismantelamento desordenado e caótico, com consequências sociais, económicas e políticas devastadoras” (Cfr. J. Galamba, “Game Over”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.). Se bem interpreto o Autor, ele pressupõe que é necessário deitar fora o Tratado de Maastricht, o estatuto esquizofrênico do BCE, o PEC, o Pacto Orçamental e a *regra de ouro*. Pela minha parte, acrescentaria que o “próprio projeto europeu” precisaria também de ser passado a limpo.

se como uma verdadeira “esquerda choramingas”,⁴² a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a exclusão social, mas que se recusa a identificar as suas causas estruturais, para não ter de as combater, levando tudo à conta da *globalização incontornável* (talvez a “globalização feliz” de que tanto se falou há uns anos atrás...), para a qual *não há alternativa...*, sendo mesmo apontada como “reacionária” qualquer ideia de *desglobalização*, i. é, de desmantelamento do império do grande capital financeiro.⁴³

42 A expressão “esquerda choramingas” é de Frédéric Lordon (“A desglobalização e os seus inimigos”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2011) para caracterizar uma ‘esquerda’ que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da ‘globalização’: “a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento acionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento do endividamento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer instituições financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político”.

43 Assim Pascal Lamy, em *Le Monde*, 1.7.2011. Todos recordaremos o discurso do candidato François Hollande, centrado na defesa do estado social e na guerra ao sistema financeiro. Pois bem. Ao anunciar, em 15.1.2014, o chamado *Pacto de Responsabilidade*, o Presidente François Hollande confirmou a sua fidelidade àquela que é já uma tradição de família da social-democracia europeia: fazer exatamente o contrário do que se promete aos eleitores. Certamente em nome da ideia de que “os custos indiretos do trabalho” (os descontos para a segurança social) “são um dos principais entraves ao crescimento do

É uma visão filha do entendimento da *globalização* como uma consequência necessária, mecânica, fatal do desenvolvimento científico e tecnológico.⁴⁴ Mas esta é uma ‘leitura’ amiga do grande capital financeiro,

emprego” – ideia cara ao pensamento neoliberal e inspiradora do *Pacto de Responsabilidade* – Hollande e o seu Governo comprometem-se a eliminar, até 2017, a contribuição patronal que financia as prestações sociais em benefício das famílias (correspondente a 5,4% do salário). Conforme anunciou o Presidente francês em conferência de imprensa (ver os jornais) esta “redução dos custos do trabalho” destina-se a “simplificar e facilitar a vida das empresas”, estimando-se que ela vai render ao capital cerca de 35 mil milhões de euros, retirados do financiamento do sistema público de segurança social. A justificação é a que resulta de todos os catecismos neoliberais: é preciso “facilitar a vida das empresas”, para que elas possam criar mais postos de trabalho (“só conseguiremos reduzir o desemprego se as empresas criarem empregos”, proclamou o Presidente La Palisse). Em vez de, em termos keynesianos, redistribuir a riqueza para fortalecer a *procura efetiva* e estimular a atividade produtiva (e a criação de emprego), Hollande prefere a receita neoliberal: aumentar os lucros, na esperança de que daqui resulte o aumento do investimento e a criação de emprego novo. Esquece-se que o aumento dos lucros só se traduz em aumento do investimento se os potenciais investidores esperarem ver aumentar os seus lucros, o que só acontecerá se houver uma procura global capaz de adquirir, a um preço compensador, os bens que são produzidos para ser vendidos. Se a procura não for suficiente para absorver toda a oferta, estamos perante uma situação de sobreacumulação (de sobre-investimento), que gera sobreprodução (i.é, que gera *crises de sobreprodução*, *crises de realização da mais-valia*, crises que destroem o capital excedente, reduzem a produção e aumentam o desemprego). Antecipando a crítica de que o seu *Pacto de Responsabilidade* vai reduzir os meios de financiamento da segurança social, Hollande um argumento digno de Rajoy, Passos Coelho, Cameron ou Merkel: vou fazer uma *reforma do estado*, *simplificando a política tributária*, *reduzindo a despesa pública*, lutando contra a *fraude na segurança social* (entre nós houve quem falasse da fraude dos beneficiários do rendimento social de inserção...), o que permitirá poupar 53 mil milhões de euros. Está-se mesmo a adivinhar quem vai fazer o sacrifício desta poupança: os trabalhadores e aposentados do costume. Como as *troikas* estão mal vistas, é preciso acabar com as troikas. O socialista-austeritário Hollande faz o papel *datroika*.

44 Já fiz a crítica desta visão ideológica da globalização em trabalhos anteriores: “Neoliberalismo, globalização e desenvolvimento económico”, em *Conferência Internacional Angola – Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, edição da Faculdade de Direito da

que é o grande impulsionador (e o único aproveitador) da *política de globalização neoliberal* e o autor e difusor desta visão ideológica (distorcida) sobre a natureza e o significado da globalização. Carregando nas tintas para sublinhar bem a minha ideia, direi que ‘acreditar’ na autenticidade deste retrato da globalização é o mesmo que acreditar que o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki foi uma consequência inevitável do desenvolvimento científico na área da Física Nuclear e que a utilização maciça de armas químicas contra o povo vietnamita durante a Guerra do Vietnam foi uma consequência incontornável do desenvolvimento científico na área da química.

Esses crimes de guerra (verdadeiros *crimes contra a humanidade*) foram *decisões políticas* tomadas no quadro da *política imperialista* dos EUA. O lançamento das bombas atômicas foi o primeiro ato da *Guerra Fria* e visou intimidar a URSS e utilizar o monopólio da arma nuclear para impor os EUA como potência hegemônica à escala mundial. Em ambos os casos, o objetivo proclamado foi o de livrar o “mundo livre” da ‘ameaça comunista’.⁴⁵

Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2001, p. 103-163; *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro – São Paulo, Renovar, 2003; *O Estado Capitalista e as suas Máscaras* (2ª edição, revista, do livro *As Voltas que o Mundo Dá... Reflexões a propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social*, 1ª edição, Edições Avante, 2010), Lisboa, Edições Avante, 2013; *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Página a Página, 5ª edição, revista e ampliada, 2013, p. 20e ss e 266 e ss.

45 Os poderosos interesses daquilo que Eisenhower viria a designar por *complexo militar-industrial* impuseram a política militarista, apesar da oposição dos membros mais destacados da comunidade científica americana e mundial, com destaque para Albert Einstein, que em 1946 se pronunciava deste modo: “É apavorante perceber que o veneno do militarismo ameaça trazer mudanças indesejáveis à atitude política dos Estados Unidos. (...) O que estamos vendo não é uma expressão de sentimentos do povo norte-americano; pelo contrário, reflete a vontade de uma poderosa minoria que usa a sua força económica para controlar os órgãos da vida política. Se o governo se mantiver nesse curso catastrófico, nós, cientistas, devemos recusar a submissão às suas exigências imorais, ainda que apoiadas por aparato legal. Existe uma lei não escrita, a da nossa consciência, que é

Foram projetos falhados, porque em novembro/1949 a URSS ensaiou com êxito a primeira bomba atômica, e em 1957, com o lançamento do satélite artificial *Sputnik*, colocou-se na vanguarda da exploração do espaço e do conhecimento científico em vários domínios. À escala mundial, desenvolveu-se uma poderosa comunidade de países socialistas, cujo auxílio foi decisivo na luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo. A humilhante derrota infligida pela guerrilha vietnamita às todo-poderosas forças armadas americanas obrigou os EUA a aceitar a paz (1974). Foi o fim dos impérios coloniais, que teve o seu estertor com a *Revolução dos Cravos* (que pôs termo ao regime colonial-fascista em Portugal), a vitória dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, o reconhecimento internacional da independência dos novos países africanos e a derrota do *apartheid* na África do Sul.

A verdade, porém, é que a *Guerra Fria* forçou a corrida aos armamentos e colocou o mundo numa situação de equilíbrio pelo terror, que forçou a *coexistência pacífica* entre as duas grandes superpotências. E a *militarização das economias* traduziu-se em enorme desperdício de recursos desviados para o ‘negócio’ da morte, em vez de servirem a vida e o bem-estar da humanidade (recursos financeiros, conhecimento científico, mão de obra qualificada, recursos materiais).

Na minha ótica, a *política de globalização neoliberal* é isto mesmo: uma *política* ao serviço do objetivo do grande capital financeiro de ‘governar o mundo’ (de dominar o mundo), uma *política* inspirada nos princípios da *contra-revolução monetarista* (Hayek, Milton Friedman...) e nos dogmas da ideologia neoliberal, uma *política* que tem procurado submeter os trabalhadores à *ditadura do capital financeiro*.

muito mais impositiva que qualquer outra que venha a ser inventada em Washington. E, naturalmente, existem armas definitivas à nossa disposição: a não cooperação e a greve”. É claro que, para Einstein, o desenvolvimento científico não é a causa da *política imperialista*, nem esta é uma consequência fatal daquele. Como poderia ser?

Numa linguagem moderada (quase envergonhada por remar contra a corrente), Joseph Stiglitz vai dizendo a sua verdade de *descontente com a globalização*.⁴⁶ E defende que a “globalização assimétrica” que aí temos corresponde aos interesses das grandes empresas que vivem de rendas (*rent-seeking*), que “condicionaram a máquina política”, conseguindo que os estados “definissem as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores” e a reduzir os impostos pagos por elas. Tudo a partir da consagração do princípio da *liberdade absoluta de circulação de capitais*. “Imaginemos, por um momento – escreve ele –, como seria o mundo caso houvesse livre mobilidade da força de trabalho, mas nenhuma mobilidade do capital”. E a sua resposta é esta: “Os países competiriam para atrair trabalhadores. Prometeriam boas escolas e um bom ambiente, assim como impostos altos sobre o capital”.⁴⁷

Mas a “globalização assimétrica” foi desenhada ao contrário: o mundo em que vivemos favorece o grande capital financeiro, porque este mundo e as políticas que o puseram e o mantêm de pé foram moldados pelo poder político ao seu serviço. “A globalização, tal como tem sido defendida, parece frequentemente substituir as antigas ditaduras das elites nacionais por novas ditaduras das finanças internacionais”. Por isso ele propõe uma “globalização de rosto mais humano”, assente em “políticas para um crescimento sustentado, equitativo e democrático”, porque “esta é a razão do desenvolvimento”, porque, a seu ver, “o desenvolvimento consiste em transformar as sociedades, melhorar as vidas dos pobres, permitir que todos tenham oportunidade de progredir e de aceder à saúde e à educação”.⁴⁸

46 Ver *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002.

47 Cfr. Stiglitz, Joseph E. *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013, p.127.

48 Cfr. *El Malestar...*, cit, p. 308 e 313, onde escreve a seguir: “O desenvolvimento não consiste em ajudar uns poucos indivíduos a enriquecer ou em criar um punhado de indústrias protegidas que só beneficiam a elite do país; não consiste em trazer Prada e

Também esta *política de globalização neoliberal* tem recorrido a “armas de destruição maciça” (Warren Buffet), nomeadamente os chamados *produtos financeiros derivados*, que têm alimentado a especulação (especulação sobre esses ‘produtos’, especulação sobre matérias-primas, sobre combustíveis, sobre alimentos, especulação, enfim, sobre a vida de milhões de pessoas) e toda a espécie de práticas criminosas (venho falando do *capitalismo do crime sistémico*), por meio das quais o grande capital financeiro vem condenando povos inteiros ao empobrecimento acelerado, cortando os direitos e os rendimentos dos trabalhadores, condenando ao desemprego e à precariedade quase metade dos jovens, aumentando o número dos *pobres que trabalham*, agravando a *exclusão social*.

É uma ‘guerra’ (uma *guerra civil*, uma *guerra de classes* à escala mundial) que produz em cada ano, neste tempo em que os ganhos da produtividade permitem a criação de riqueza a níveis até há pouco unsuspeitados, tantas vítimas da fome ou de doenças causadas pela fome quantos os mortos da Segunda Guerra Mundial.

Esta é a verdadeira natureza da *globalização*. O desenvolvimento científico e tecnológico, como a história tem demonstrado, é o caminho da libertação do homem, não é o caminho da escravidão. O desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser ‘culpado’ da globalização, porque esta não é uma consequência inevitável dele. A “esquerda de direita” que não quer compreender o que significa a *globalização* corre o risco de “quem nunca quer questionar nada”: “o risco de nunca entender nada”.⁴⁹

Acredito que os responsáveis por esta ‘guerra’ estão igualmente condenados à derrota. Já em 23.9.2000 *The Economist* escrevia em editorial: “Os que protestam contra a globalização têm razão quando dizem que a

Benetton, Ralph Lauren ou Louis Vuitton para os ricos das cidades, abandonando à sua miséria os pobres dos campos”.

49 Cfr. F. Lordon, “Sair do euro, mas como?”, cit., p. 12.

questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos”. Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

É importante que alguém com a autoridade académica de Stiglitz venha dizer que a tese de que não há alternativa é apenas o fruto da sementeira feita pelo grande capital: “os 1% trabalharam muito para convencer os restantes de que um mundo alternativo não é possível, de que fazer alguma coisa que os 1% não desejam irá inevitavelmente prejudicar os 99%”. Contra este *mito*, vem defender que “podemos ter realmente uma economia mais dinâmica e eficiente e uma sociedade mais justa”.⁵⁰ Numa perspetiva reformista, propõe um “contrato social para o século XXI”, uma “agenda de reforma económica”, capaz de promover ao mesmo tempo “a eficiência económica, a equidade, a produção e as oportunidades”.

Com esse objetivo, advoga, entre outras medidas, uma reforma do sistema financeiro que crie um sistema de regulação diferente do que foi introduzido nos EUA depois de 2008, que denuncia por ser “idêntico ao queijo suíço – cheio de buracos, de exceções e de isenções que não podem ser justificados por nenhum conjunto de princípios”. Uma regulação que impeça os bancos de recorrer a práticas abusivas e a operações arriscadas de pura especulação, chegando mesmo a propor o encerramento dos bancos *off-shore* e dos seus parceiros *on-shore* e a regulação dos fluxos de capital transfronteiriços, sobretudo dos movimentos de capitais de longo prazo e especulativos.

50 Cfr. *O Preço...*, cit., p. 377.

Defende também “uma agenda de crescimento baseada no investimento público”. Por entender que o crescimento resultante do mero jogo das forças do mercado não beneficia todos automaticamente e necessariamente, como pensavam os clássicos (Adam Smith e Ricardo) e como persistem em defender os economistas fiéis do *trickle-downeffect*. Por entender que os países com maiores êxitos neste domínio têm sido aqueles que “tomaram nas mãos o seu próprio destino e reconheceram o papel que o estado pode desempenhar no sentido do desenvolvimento, sem confiar na tese de um mercado auto-regulado que resolve todos os problemas”. E por entender que os investimentos públicos estão, historicamente, associados aos períodos de aumentos mais elevados de produtividade.⁵¹

12. – Só a atitude da “esquerda choramingas” (ou “esquerda de direita”), que “nunca quer questionar nada”, permite compreender a facilidade com que, em março/2012, foi aprovado (como sempre, “à porta fechada”, a pretexto da crise) o chamado *Tratado Orçamental*.

Esse *Tratado* ignora todas as críticas feitas às deficiências estruturais da UEM (que a presente crise tornou visíveis a olho nu), persistindo em negar o que Paul Krugman considera “o fracasso de uma fantasia”.⁵² Só esta atitude de ‘negação’ explica que se insista no erro de impor as *mesmas regras* (saídas da cabeça de tecnocratas iluminados e muito sensíveis aos interesses do grande capital financeiro) a países com situações e com histórias completamente diferentes, ignorando que a política não pode reduzir-se à *aplicação mecânica de regras iguais para todos*.

Os seus mentores continuam a pensar que a *crise do euro* (a *crise da Europa*) não tem nada que ver com a *crise do capitalismo* que teve início em 2007/2008, imputando as *culpas* da ‘crise’ aos *povos do sul*, acusados de

51 Ver *O Preço...*, cit., p. 26, 211 e 357 e ss e *El Malestar...*, cit., p. 309.

52 Cfr. P. Krugman, “Quando...”, cit.

viver acima das suas posses. Só assim se compreende que toda a sua lógica assente na condenação dos ‘pecadores’ por ‘pecados’ que não cometeram, impondo-lhes *programas de austeridade perpétuos* que destroem as suas economias, põem em causa as regras do Estado de Direito Democrático e minam as bases da sua soberania.

Um dos dogmas do monetarismo neoliberal é o da *morte da política económica* (a *morte da política*, sem mais). Porque as *leis naturais do mercado* (a reinventada *mão invisível*) resolvem tudo sem erro possível, para além do justo e do injusto, e porque os agentes económicos privados dispõem da mesma informação do Estado, o que lhes permite antecipar as medidas de política económica e os seus efeitos e agir como *agentes económicos racionais*, adotando comportamentos que anulam os efeitos das políticas públicas, tornando-as *neutras* em relação à economia, e por isso *desnecessárias* (é a *teoria das expectativas racionais*, a fina flor do monetarismo).⁵³

Em conformidade com esses pontos de vista, o *Pacto* e as suas ‘regras’ impedem os Estados em situação de recessão económica e de desemprego generalizado de adotar *políticas ativas anticíclicas*, apoiadas em investimentos públicos que promovam o investimento privado e a criação de riqueza e de emprego e em políticas sociais que estabilizem a procura interna das famílias e evitem, desse modo, a falência de muitas pequenas e médias empresas e o consequente aumento do desemprego. A razão está do lado do Primeiro-Ministro britânico quando afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*.

Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Porque o que está em causa, verdadeiramente, é a *ilegalização da democracia*, num *Tratado* que transforma em normas jurídicas (que ‘constitucionaliza’) pontos de vista doutrinários em matéria de política económica. Com efeito, a *regra de ouro* das

53 Sobre a *teoria das expectativas racionais*, ver o meu estudo *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*, Coimbra, 1991 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*), p. 125 e ss e 437 e ss.

finanças sãs (que, até há poucos anos, todos os manuais ridicularizavam...), à semelhança de outras constantes dos Tratados estruturantes da UE (a regra da independência dos bancos centrais, os requisitos do PEC etc.), são meras sínteses das *opções políticas* do grande capital financeiro, as opções que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*, transformadas, como que por magia, em *normas jurídicas*, de nível ‘constitucional’.

Na minha leitura, estas *regras (normas-travão)* são as *regras do jogo* impostas à economia real e aos cidadãos pelo setor dominante da classe dominante do *capitalismo de casino* e visam garantir que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. A mensagem que se quer fazer passar para os cidadãos da ‘Europa’ é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos ficam impedidos de respeitar aquele mandato, amarrados que estão por estas *regras* decorrentes do figurino neoliberal.⁵⁴

Um dos ministros do governo de François Hollande (Benoît Hamon) confessou, numa entrevista, a sua “impressão de que uma política de esquerda ou de direita apenas doseia de forma diferente os mesmos ingredientes”.

54 A famosa *Regra de Friedman* é a ilustre antepassada de todas as *regras de ouro* consagradas nos Tratados da UE. Ela traduz a tese segundo a qual os países deveriam ser privados da capacidade de emitir moeda discricionariamente, segundo a análise política feita pelos órgãos competentes do poder político democrático, para prosseguir objetivos políticos definidos por estes mesmos órgãos. Esta capacidade de decisão política (*discretion*) deveria ser substituída por uma *regra* (desejavelmente de natureza constitucional), nos termos da qual o banco emissor só deveria emitir moeda nova em medida igual à da taxa de crescimento do produto, acrescida de uma margem de 2%/3%. Nunca ninguém levou a sério esta proposta de Milton Friedman. Em vida, ele teve o azar de ver as suas teorias submetidas à prova da realidade, e muitos autores concluíram que as suas teorias estavam erradas (alguns acusaram-no mesmo de viciar dados estatísticos). Depois de morto, talvez o professor de Chicago comente: a *vingança serve-se fria...*

É o preço a pagar por quem assumiu, com ‘grande sentido de estado’, a responsabilidade da *gestão leal do capitalismo*. Lembra a ‘história’ que se conta de Henry Ford dirigindo-se aos compradores dos seus automóveis: podem escolher qualquer cor, desde que seja a preta.⁵⁵

Ignorando que a raiz dos problemas está, como se torna cada vez mais claro, na natureza e na estrutura desta *Europa do capital*, este *Pacto Orçamental* continua a obra dos tratados anteriores que conduziram à UE, prossequindo o processo de substituição da *política* (e da *prestação de contas* que lhe é inerente em democracia) pela aplicação mecânica e cega de *regras* (verdadeiros *dogmas* indiscutíveis, como é próprio dos dogmas) plasmadas neste e nos demais Tratados estruturantes da UE, todos praticamente petrificados, imutáveis, aspirando à eternidade.

O processo de integração europeia tem sido, na leitura de Habermas, um processo de “expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos”. Os órgãos do poder político eleitos pelo voto democraticamente expresso dos cidadãos já hoje são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt): não podem decidir sobre a emissão de moeda; não podem desvalorizar a moeda; dependem dos “mercados” para se financiar (como uma qualquer *pessoa* ou empresa – uma verdadeira ‘privatização’ dos estados-membros da zona euro); não podem fixar e controlar as taxas de juro; não podem optar por um determinado nível de inflação que possa ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

Este *Tratado Orçamental* dá mais um passo no sentido da acentuada

55 Ver jornais de 9.4.2013. Afinal, agora no Governo, Benoît Hamon parece *resignar-se* a caucionar políticas que em 2011 considerava um *obstáculo ao progresso*, políticas que *sacrificam o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados...*

diminuição da já reduzida democraticidade de funcionamento da UE. O ‘governo’ dos países mais fracos passa para as mãos de órgãos executivos constituídos por burocratas que escapam ao controlo democrático.

Como Habermas sublinha, este *Tratado* impõe “um modelo político que tem a marca alemã”, um modelo nos termos do qual “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respetivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais (ou dos parceiros sociais)”.

Por outro lado – continuo a acompanhar Habermas –, “o direito da Comissão a analisar *atempadamente*, portanto antes das decisões dos Parlamentos, os orçamentos dos estados-membros” “afeta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, o que traduz “a arrogância de criar um precedente eficaz”. Para os cidadãos dos Estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de “os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obediamente (...) as decisões prévias tomadas noutra lugar”.

Ainda segundo este *Tratado*, os países (os mais fracos, claro) ficam sujeitos, em caso de incumprimento das suas ‘regras’, a *sanções automáticas*, aplicadas pela ‘eurocracia’, sem necessidade de qualquer votação (atualmente, as sanções têm que ser aplicadas por voto da maioria qualificada do Conselho Europeu que represente pelo menos 2/3 dos Estados-membros e 62% da população da UE). E ficam ainda sujeitos a ‘penas’ aplicadas diretamente pelo TJUE, passando por cima do Poder Judiciário de cada um dos países (que continuam a declarar-se países soberanos).

Com Habermas, entendo que essas são soluções que não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática”.⁵⁶ Creio não me

56 Cfr. J. Habermas, *ob. cit.*, p. 165/166.

enganar ao afirmar que, se vier a ser aplicado, este *Tratado Orçamental* será uma ‘lei de funil’, porque ninguém acredita que a Alemanha (ou a França, e mesmo a Itália, a Espanha e até a Polónia) submeta as suas políticas económicas a debate prévio e à coordenação com as de outros países, no quadro das instituições comunitárias, passando por cima dos parlamentos nacionais. E ninguém concebe que a Alemanha (e outros países da UE) sofram algum dia as consequências do referido mecanismo automático de correção. O Tribunal Constitucional alemão não vai deixar, certamente, que seja a Comissão Europeia a decidir sobre o orçamento da Alemanha: esta matéria é da competência do Parlamento alemão. De todo o modo, não é crível que os países mais fortes (os atrás referidos) aceitem submeter-se a esta indignidade. Os visados são, é claro, os ‘bárbaros do sul’.

Mais uma vez por portas travessas, este *Pacto* visa, fundamentalmente, consagrar (‘constitucionalizar’) o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade para todo o sempre*, tornando o crescimento impossível para muitos países. Ora, sem desenvolvimento económico faltarão as receitas indispensáveis para os *investimentos no futuro* (os investimentos estratégicos na educação, na saúde, na investigação científica, na segurança social, nos transportes públicos, na habitação social e em todos os serviços públicos associados à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado). Estes direitos (constitucionalmente consagrados) transformar-se-iam em um luxo inacessível aos povos ‘colonizados’. Países como Portugal (e os ‘países do sul’) sofreriam um brutal *retrocesso civilizacional*, vendo inviabilizada a sua capacidade de desenvolvimento autónomo. E sem desenvolvimento não há democracia e a paz fica ameaçada.

Como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, este *Pacto* é – já se disse atrás – “um modelo político de marca alemã”, um produto imposto não por uma “Alemanha cooperante”, mas pela *Grande Alemanha*, liberta da “consciência de uma herança histórico-moral comprometedor” que, após a derrota militar, política e ética da Alemanha nazi, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros”, mas por

uma Alemanha ciosa de afirmar “uma clara pretensão de liderança” numa “Europa marcada pelos alemães”.⁵⁷

Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno, visão que, embora traduza uma certa realidade, não pode esconder a verdadeira essência do que está a passar-se: uma imposição do capital financeiro e dos Estados e outras instâncias do poder político ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

Trata-se de um *pacto* pelo qual as elites políticas das ‘metrópoles’ e das ‘colónias’, continuando a “enterrar a cabeça na areia” (Habermas), se conluíam para impedir a participação dos cidadãos europeus no governo da ‘cidade’ e nas decisões sobre o seu destino, impondo aos povos dos países mais fracos, sem os consultar, a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Creio ser correto considerá-lo *nulo*, porque não é razoável admitir que os povos, em nome dos quais se ‘contrata’, aceitassem ser colocados em situação ‘colonial’, condenados ao subdesenvolvimento e à pobreza.

Está-se a construir um novo *Leviathan*, argumentando que os homens e os povos (ou alguns povos do ‘sul’) são incapazes de autogoverno. Daí a necessidade do *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Ao fim e ao cabo, é sempre o *Leviathan* ‘justificado’ com a invocação de que *o homem é o lobo do homem*. Com efeito, nas sociedades que assentam na existência de classes antagónicas e em que, no domínio das relações económicas, “o trabalhador [que só tem de seu a “sua força e habilidade de mãos”] é uma pessoa e o proprietário do capital, que o emprega, é outra pessoa”, o *Leviathan* é sempre necessário para que a classe dominante (a

57 Cfr. J. Habermas, *ob. cit.*, p. 73 e 163-169.

classe exploradora) possa impor à(s) outra(s) classe(s) “os seus próprios termos” (continuando a citar Adam Smith), condição indispensável para preservar o seu estatuto de classe dominante.⁵⁸

Ora o *Leviathan* dos nossos tempos (a *ditadura do grande capital financeiro*, enquadrada pela ideologia neoliberal) coloca acima de tudo as *liberdades do capital* (as “leis do mercado”). As ‘regras’ impostas pelo novo *Leviathan* equivalem, pois, à substituição da *política* pelo *mercado*, à *negação da política* (e da *liberdade de decisão* que ela pressupõe, com a correspondente *responsabilidade*), à *negação da cidadania* e à *morte da democracia*. É este o papel do *Pacto Orçamental*.

13. – Entre outras medidas, o *Pacto Orçamental* impõe um limite máximo de 0,5% do PIB para o défice das contas públicas, acrescentando a esta exigência a obrigação de os Estados com dificuldades financeiras reduzirem a dívida a uma taxa média anual de 1/20. Segundo os cálculos da Unidade Técnica de Apoio Orçamental, a meta de reduzir a dívida pública para valores próximos de 60% do PIB em vinte anos só poderá ser alcançada se o PIB crescer a uma taxa de 4% ao ano e as contas públicas apresentarem um saldo primário positivo de cerca de 3,5%. Ninguém acredita que tal seja possível, uma vez que, depois deste período de dura austeridade, em 2013 o país continua a ver o PIB diminuir, o saldo primário permanece negativo e a dívida pública aumentou para 130,9% do PIB (julho/2013).

As exigências do *Pacto Orçamental* configuram, pois, um garrote eficaz para pressionar estes estados a cortar drasticamente nas despesas sociais (educação, saúde, segurança social), com a conseqüente destruição do estado social, aumento da desigualdade e da pobreza, destruição do mínimo de coesão social e conseqüente destruição da comunidade social em que assenta a soberania.

58 Cfr. SMITH, Adam – *Riqueza das Nações* (Vols. I), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 176.

Em países como Portugal, o objetivo do crescimento e do emprego exige *reformas estruturais* radicalmente diferentes das que decorrem do breviário neoliberal, reformas que passam pela alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; pela flexibilização das regras ‘estúpidas’ e ‘medievais’ do PEC; pela alteração do estatuto do euro; pela utilização da capacidade de financiamento do BEI; pela ampliação do orçamento comunitário; pelo reforço e facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; pelo cumprimento das regras do jogo por parte dos países com saldos positivos das suas balanças de pagamentos; pelo combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; pelo controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino; pela colocação da banca ao serviço da economia; pelo aumento dos salários e pela garantia dos direitos dos trabalhadores; pelo reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia; pelo aumento do investimento do Estado, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional; pelo apoio às pequenas e médias empresas e às empresas exportadoras, às atividades da pesca e da agricultura; pelo apoio ao emprego dos jovens, para evitar que continue a hemorragia emigratória de jovens (sobretudo de jovens qualificados, cuja formação pagamos), ao ritmo de cem mil por ano (*é o futuro a emigrar de Portugal*).

Ora, como mostrou António Sérgio, a burguesia portuguesa foi sempre, historicamente, uma *burguesia parasita*, incapaz de realizar o papel de classe dinamizadora da acumulação do capital, que lhe coube nos países que passaram por revoluções burguesas a sério. No nosso país, a burguesia sempre viveu de *rendas*, as rendas fáceis de uma qualquer Índia, quer a Índia propriamente dita (que proporcionou a riqueza do comércio das especiarias), quer o Brasil (e o ouro que de lá veio, e os escravos africanos que para lá foram levados), quer as colônias africanas. Mais recentemente, as *rendas* resultantes dos fundos da CEE/UE (antes, da Europa já tinham vindo, aos milhões, as remessas dos emigrantes), as *rendas* da especulação bolsista e da especulação imobiliária, as *rendas* resultantes das posições monopolistas dos grupos económicos nos setores de bens não-transacionáveis (distribuição,

energia, comunicações, obras públicas...), as *rendas* das parcerias público-privadas, as *rendas* da corrupção institucionalizada...

Nessas condições, qualquer estratégia de desenvolvimento só será viável se por detrás dela estiver um Estado radicalmente diferente daquele que pretende o *Tratado Orçamental*, um Estado dotado dos meios indispensáveis para promover as referidas *reformas estruturais*, um Estado capaz de garantir a *subordinação do poder económico-financeiro ao poder político democrático*, como manda a Constituição da República Portuguesa.

14. – Outra mitificação é a chamada *União Bancária*, mais uma operação destinada a tentar que os povos acreditem que a ‘Europa’ está a procurar resolver os problemas criados pelo capital financeiro.

Segundo os Tratados, o BCE não tem grandes competências em matéria de supervisão, estando limitado à possibilidade de fazer recomendações às autoridades nacionais no que toca à *supervisão prudencial* das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

E a crise deixou a claro que, à escala nacional, a supervisão (a cargo das entidades reguladoras) foi um falhanço completo: os supervisores deixaram o campo livre à banca, que cometeu toda a sorte de irresponsabilidades, de ilegalidades e de crimes.

Em estreita ligação com o projeto que se concretizou na aprovação do *Pacto Orçamental*, a Alemanha fez vingar a ideia de criar uma *União Bancária*, projeto que está em marcha desde a aprovação (24.11.2010) de um conjunto de cinco Regulamentos e uma Diretiva que visaram reformar o sistema financeiro da UE (em especial no tocante à *supervisão macroprudencial*), criando o *Sistema Europeu de Supervisão Financeira*, o *Comité Europeu do Risco Sistémico* e uma *Autoridade Europeia de Supervisão* (*Autoridade Bancária Europeia, Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados*), confiando ao BCE atribuições específicas no que se refere ao

funcionamento do *Comité Europeu do Risco Sistémico*.⁵⁹

O Regulamento que cria o *Sistema Europeu de Supervisão Financeira* –*Sistema* que visa essencialmente a gestão do risco sistémico (60) –, reconhece que “os modelos de supervisão numa base nacional não acompanharam a globalização financeira e a qualidade da integração e interligação entre mercados financeiros europeus”. E admite que, dada a *natureza sistémica do risco e das crises* (61), decorrente da integração dos mercados financeiros à escala mundial (o *mercado mundial único de capitais* em que atuam os grandes operadores financeiros de todo o mundo), é aconselhável uma coordenação das ações preventivas e reativas das entidades supervisoras, cometendo ao *Comité Europeu do Risco Sistémico* a competência para assegurar a coordenação das suas ações com outras instâncias internacionais (FMI, Conselho de Estabilidade Financeira, Banco de Pagamentos Internacionais, G20 etc.).

Em documentos vários a Comissão Europeia tem salientado a importância que atribui à coordenação entre os Estados-membros em matéria de regulação e de supervisão, chamando a atenção para a necessidade de introduzir medidas que visem impedir crises futuras (esperita também aqui a tese segundo a qual, nesta crise, o que falhou foi a regulação e a supervisão, nada mais...).

A Comissão revela especial preocupação com a supervisão das

59 Para maiores desenvolvimentos sobre este “pacote legislativo”, ver J. M. Quelhas, “Sobre a criação do Comité Europeu do Risco Sistémico”, em *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal Almeida* (Orgs: António José Avelãs Nunes e outros), Coleção Studia Iuridica, Universidade de Coimbra/Coimbra Editora, Coimbra, 2012, p. 877-899 e “Dos objetivos da União Bancária”, em *Boletim de Ciências Económicas*, Volume LV (2012), p. 241-303.

60 Regulamento nº 1092/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24.11.2010 (JO, L 331, de 15.12.2010).

61 Ver J. M. Quelhas, “Dos objetivos...”, cit., p. 285.

instituições financeiras transfronteiriças e com a consolidação de “um mercado de serviços financeiros estável e único para toda a União”, objetivos que considera incompatíveis com a diversidade de regras nacionais de supervisão e com a deficiente troca de informações entre as várias autoridades nacionais, exigindo a integração de todas elas numa rede reforçada da União.

Esta ideia de evitar a fragmentação do *mercado financeiro europeu* e de garantir o êxito do *mercado interno único* é que está na base da criação (novembro/2010) do *Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão*. Na *Comunicação sobre o Roteiro para uma União Bancária*, a Comissão dá mais um passo em frente no sentido da *federalização*, ao sublinhar que não basta, a seu ver, a coordenação entre as várias autoridades de supervisão, sendo “necessário tomar decisões em comum”, para “travar o risco crescente de fragmentação dos mercados bancários da UE, que mina significativamente o mercado de serviços financeiros e prejudica a transmissão efetiva da política monetária para a economia real”.

O Conselho Europeu de junho/2012 encarregou a Comissão de apresentar propostas concretas sobre estas matérias, e o Conselho Europeu de dezembro/2012 aprovou, finalmente, a tão falada *União Bancária*.

Tentando uma síntese, destacarei três pontos:

1) centralização no BCE da supervisão dos bancos que operam nos estados da zona euro, apesar de existir, desde 2010, uma *Autoridade Bancária Europeia* com a capacidade de exercer a supervisão sobre os bancos que operam nos 27 estados-membros da UE;

2) criação de um dispositivo comum para prevenir e resolver as falências bancárias (competência que sairá também do quadro nacional dos países da zona euro);

3) criação de um *fundo europeu de garantia de depósitos* até cem mil euros (unificando, aparentemente, os múltiplos regimes de garantia de depósitos em vigor nos países da UE).

Como já se sabia, o RU ficou de fora, porque estas soluções confinam-se aos países da Eurozona. Fica à mostra uma primeira debilidade

da ‘solução’ encontrada, porque cerca de 40% das operações financeiras em euros concretizam-se na praça londrina.⁶²

Por outro lado, a Sr^a Merkel conseguiu fazer aprovar a ideia de submeter à supervisão do BCE apenas os bancos *mais importantes* (uns 200 dos cerca de 6.000 que operam no espaço da Eurozona), uma ‘engenharia’ que permitiu deixar de fora os bancos dos Estados federados alemães, que teriam dificuldade em passar no exame. Parecem as fronteiras do *mapa cor de rosa*, traçadas a regra e esquadro para proteger os interesses do império...

Acresce que esta *União Bancária* implica mais *perda de soberania* por parte dos Estados-membros da zona euro, privados agora do poder de supervisão do setor bancário. E implica, por outro lado, o reforço dos *poderes federais* do BCE, que é uma instituição não eleita, que não pode sequer coordenar as suas decisões no âmbito da política monetária com as políticas da UE ou dos estados-membros e que não responde politicamente pelos seus atos.

Num momento em que tanto se fala (e não só em Portugal) da necessidade de criar *bancos (ou agências) de fomento de capitais públicos* que assegurem meios de financiamento adequados à reindustrialização e à promoção de um modelo de crescimento equilibrado e sustentado,

62 Este caminho ‘federador’ afasta cada vez mais o RU não só da UEM mas da própria UE, no seio da qual, de resto, já tem um regime de exceção, resultante de um batalhão de cláusulas específicas, que o coloca com um pé fora e um pé dentro da UE. Há quem entenda que o RU não faz falta à União Europeia. É verdade que os dirigentes britânicos se comportam muitas vezes mais como servidores dos interesses americanos junto da UE do que como membros solidários da UE. Mas também é verdade que a história da Europa não se concebe sem as ilhas britânicas e não é fácil imaginar o futuro da Europa sem elas e as suas gentes. E muito menos contra elas.

Mas levanta-se aqui, segundo creio, um outro problema. O tratado que cria a *União Bancária* vem alterar as competências estatutárias do BCE. Ora, constando os Estatutos do BCE do TUE, como pode este ser alterado sem o voto unânime dos estados-membros da UE?

coloca-se a questão de saber se este *mecanismo único (federal) de supervisão* será compatível com a atuação destas novas instituições segundo critérios ‘políticos’, não necessariamente coincidentes com os critérios puramente financeiros impostos pela ‘filosofia’ orientadora do BCE.

A criação deste *mecanismo federal de supervisão* representa mais um passo em frente no sentido do *federalismo ao serviço dos mais fortes*, sem qualquer garantia de que a supervisão efetuada pelo BCE seja de natureza diferente da efetuada até agora: ela será, certamente, uma *supervisão amiga da banca* e respeitadora dos dogmas neoliberais de que o BCE é um dos mais firmes guardiões.

À luz do que fica dito, não admira, por isso, que a *União Bancária* tenha sido saudada pela fina flor dos banqueiros europeus, que, aliás, dominaram as comissões encarregadas de preparar os dossiês (a começar pelo chamado *Grupo Larosière*, apelido de um funcionário de topo do BNPParibas).⁶³

Os que estão sempre de acordo com tudo o que vem de Bruxelas (ou de Berlim) não se cansam de proclamar que a união bancária é ‘a solução’ para desligar os Estados das dívidas da banca, de modo a que não sejam os

63 Invocando os objetivos de dificultar a ocorrência de novas crises financeiras como a que varreu o mundo em finais de 2007, a partir dos EUA, e de assegurar que a banca financie a economia real (um modo ‘delicado’ de dizer: *assegurar que a banca não se dedique a práticas especulativas irresponsáveis e muitas vezes criminosas*), a UE vem adotando medidas tímidas de regulação da atividade bancária, no âmbito de aplicação das decisões do Comité de Basileia (nomeadamente as regras de *Basileia III*). Trata-se do reforço dos capitais próprios dos bancos, da reforma dos chamados rácios de alavancagem, do reforço dos mecanismos de garantia dos depósitos, da moderação dos prémios a atribuir aos administradores da banca (para não os estimular a correr riscos excessivos). São medidas de fraco alcance (que ficaram aquém do previsto), mas o aparelho de Bruxelas acredita (ou diz que acredita...) que, se os EUA avançarem no mesmo sentido, ficará garantida a estabilidade do sistema financeiro... Ver o artigo do Comissário Europeu Michel Barnier, “Um grande passo para a estabilidade bancária”, em *Diário Económico*, 13.3.2013.

contribuintes a tapar os buracos dos jogos de casino. Para isso está previsto o *dispositivo comum para prevenir e resolver as falências bancárias...*

É claro que é importante garantir que os Estados (os trabalhadores, que são os grandes pagadores de impostos) não sejam responsáveis pelas dívidas da banca. Mas este objetivo não se conseguirá, a meu ver, por meio da *União Bancária*. É necessário mudar de políticas, abandonar o novo dogma de que os bancos não podem falir (sobretudo os que são *too big to fail*, do mesmo modo que os seus administradores são *too big to jail*), é necessário subordinar a banca (o sistema financeiro) ao poder político democrático, é necessário pôr termo às *liberdades do capital financeiro*, que estão a aniquilar a liberdade dos povos e a soberania dos Estados.

Talvez mais importante é garantir que os Estados não continuem a depender dos ‘mercados’ para financiar as suas políticas e que as dívidas soberanas (os Estados) não continuem a ser pasto da sanha especulativa desses mesmos ‘mercados’ (=sistema financeiro= “aids da economia mundial”). Mas disso não se ocupa a *União Bancária*, porque, para tanto, é indispensável pôr cobro à liberdade absoluta de circulação de capitais e à independência dos bancos centrais, modificando radicalmente a UEM e os estatutos do BCE.

Argumentam também que a *União Bancária* é necessária para que o euro continue a ser uma moeda forte, garantindo que ela vem pôr termo à fragmentação financeira atual, impondo uma entidade única de supervisão da banca, anunciando que, desse modo, se ultrapassará a situação de desigualdade em que hoje se encontram as empresas de diferentes países da zona euro no que se refere às condições de acesso ao crédito e às taxas de juro a pagar. As empresas portuguesas e as empresas alemãs ficarão em pé de igualdade!

Quer-se fazer passar a ideia de que a *União Bancária*, qual varinha mágica, nos livrará do ‘inferno’ atual, governado pelas ‘leis’ do grande capital financeiro, e nos oferecerá o ‘paraíso’, pelo menos o *paraíso do crédito...* É pura matéria de fé, que só pode salvar os que acreditam nos *dogmas* da ideologia dominante.

Fará sentido acreditar que a *União Bancária* vai proporcionar crédito nas mesmas condições e aos mesmos custos a todas as empresas dos países da Eurozona, sem confiar ao Estado a propriedade e a gestão das instituições financeiras? A UE ainda nem sequer conseguiu (nem está preocupada com isso!) que os seus estados-membros (estados soberanos e iguais, segundo os Tratados) tenham acesso ao crédito nas mesmas condições. A UE permite que funcionem no seu seio importantes *paraísos fiscais* para acolher os ganhos do *crime sistémico* e proteger os seus protagonistas (instituições financeiras, gente rica, empresários de sucesso, políticos bem comportados). A UE promove sistematicamente a *concorrência fiscal* entre os Estados-membros (mesmo dentro da euro-zona, constituída por estados que têm a mesma moeda!), pondo de lado qualquer ideia de *harmonização fiscal*. A UE não é capaz de alimentar um orçamento comunitário digno deste nome. A UE está longe de caminhar, a sério, para a emissão de dívida comunitária. A UE não quer um banco central europeu ao serviço dos estados e dos povos. A própria UE e os ‘estados dominantes’ dentro dela impõem condições draconianas e cobram taxas de juro agiotas aos Estados-membros carecidos de *ajuda*: a Alemanha financia-se a taxas de juro reais abaixo de 1% e emprestou dinheiro a Portugal (para nos *ajudar*, claro), no âmbito do *Memorando de Entendimento*, a taxas de juro de 5,1%.

No quadro da *União Bancária* anuncia-se um *fundo europeu de garantia de depósitos* até cem mil euros. Dizem-nos que é uma medida para gerar *confiança* junto dos depositantes, que recuperarão o seu dinheiro, mesmo em caso de falência dos bancos. Mas as notícias que têm vindo na comunicação social especializada indicam que está muito longe de se concretizar a hipótese de criação de uma entidade única e supranacional (à escala da zona euro) que desempenhe esta função de garantir os depósitos bancários.

Por outro lado, a ‘história’ trágico-cómica do plano de assistência a Chipre veio deixar claro que tal fundo é só para depositante ver (os ricos a sério protegem o seu dinheiro nos *paraísos fiscais*...) e que a *União Bancária* é mais um expediente para enganar tolos. O *confisco* de parte significativa dos depósitos bancários só não avançou porque o clamor suscitado por

tal medida foi enorme (até os bancos se devem ter assustado...). O que fica desta ‘história’, porém, é a certeza de que, ao mesmo tempo que se prossegue com a *União Bancária* para criar um *clima de confiança* à volta do sistema bancário e do comportamento da banca, mantém-se o confisco de uma parcela dos depósitos superiores a cem mil euros e proclama-se que esta ‘solução’ poderá ser aplicada em outros países ‘intervencionados’. Em vez de serem os acionistas dos bancos a suportar os prejuízos, são os depositantes os sacrificados (com o argumento pio de que assim se poupam os contribuintes...). Admitido o *princípio do confisco*, o montante a partir do qual ele é praticável dependerá das circunstâncias... Nada melhor para criar confiança... Nada melhor para estimular a fuga de capitais, a menos que se generalize o sistema de controlo dos movimentos de capitais, como se fez em Chipre. Não seria mau que os países recuperassem essa capacidade, mas isso poria em causa o euro... (que foi posto em causa em Chipre: os euros do Chipre não são euros como os outros, porque não podem sair do país..., o que significa que, para este efeito, Chipre já ‘saiu’ do euro...). Este é o retrato da *União Bancária*, tal como ela se me apresenta. Estarei a ver mal?

A ideia de *União Bancária* parte do pressuposto de que existe na UE (ou na zona euro) um *mercado bancário interno único*, pressuposto que a realidade não confirma. A esse respeito, como a muitos outros, a situação atual na ‘Europa’ está longe de corresponder a um espaço económico onde impere a famosa *concorrência livre e não falseada*. Estamos muito mais próximos de um espaço no seio do qual os países mais fortes (os do ‘norte’) impõem aos mais fracos (os do ‘sul’) um verdadeiro regime de *pacto colonial*. Só assim se compreende que o Estado português e as empresas portuguesas tenham de se financiar junto dos “mercados” a taxas de juro muito superiores às exigidas pelos “mercados” à Alemanha e às empresas alemãs. Não há mercado bancário interno único, ou então é um mercado monopolista, com *poder de mercado* (e *poder político*) bastante para aplicar preços diferentes a clientes que se propõem adquirir o mesmo produto. Os preços (taxas de juro) mais baixos são oferecidos aos clientes mais fortes, que não são, necessariamente, os melhores clientes; os clientes mais fracos são

obrigados a pagar preços (taxas de juro) mais elevados, ainda que possam ser melhores clientes (há, certamente, empresas portuguesas que são melhores do que algumas empresas alemãs). Não há concorrência, há domínio.

Em suma: a criação da *União Bancária* significa mais um passo no sentido da consolidação da ‘Europa’ como uma estrutura federal distorcida (uma espécie de *federalismo de funil...*), funcionando cada vez mais à margem do jogo democrático. Com efeito, o caminho da *federalização encapotada* está a fazer-se, mais uma vez, sem que os povos da Europa fossem ouvidos sobre estes ‘avanços’, certamente com o argumento (já utilizado em outras circunstâncias pela *inteligentzia* europeísta, herdeira intelectual da velha nobreza feudal) de que os povos são ignorantes e não têm discernimento para opinar sobre tão complexas *questões técnicas*. Cumpre-se a tradição de um processo que tem decorrido sempre “à porta fechada”, sem a participação dos povos da Europa e, portanto, contra os povos da Europa. É bom de ver que uma ‘Europa’ assim não pode ter grande futuro.

Uma coisa é certa: as *reformas estruturais* apreoadas pelas centrais ideológicas e pelos poderes ao serviço do capital financeiro são apenas as que se destinam a privar os trabalhadores do *direito de ter direitos*, e esta ‘reforma’ do sistema bancário não é a *reforma estrutural* que as circunstâncias há muito impõem. Na verdade, nada se fez para regressar ao regime (introduzido nos EUA em 1933 pela *Lei Glass-Steagall*) de separação absoluta entre *bancos comerciais* (que aceitam depósitos com base nos quais concedem crédito de curto e médio prazo às famílias e às empresas) e *bancos de investimento* (que se especializam na gestão de patrimónios, nomeadamente por meio de aplicações financeiras de alto risco). O sagrado *princípio da banca universal* saiu intocado desta ‘reforma’, o que significa que os grandes bancos podem continuar a especular livremente.⁶⁴

64 Esta foi uma das promessas de François Hollande. Mas a promessa pariu um rato. Ver D. Plihon, “Uma reforma bancária que encanta os banqueiros”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2013, p. 13.

E, no entanto, toda a gente sabe que é esta *liberdade do capital* que está na base das *crises bancárias* que se foram verificando nas últimas três décadas e, muito claramente, na base desta crise que rebentou nos EUA em 2007/2008. O setor *banca de investimento* dos grandes bancos joga forte na especulação e acaba por se encharcar de *ativos tóxicos*. Os prejuízos dos *jogos de casino* sugam os recursos do setor *banca comercial* (os capitais próprios e os depósitos dos clientes), e, como esses recursos não chegam, os estados são chamados a salvar os bancos *too big to fail*, endividando-se para financiar estas operações de salvamento e fazendo cair sobre os trabalhadores-contribuintes os custos de todas estas operações, ao mesmo tempo que a banca comercial fica sem dinheiro para financiar as atividades produtivas, agravando assim o clima recessivo resultante das políticas contracionistas adotadas pelos estados-salvadores-do-grande-capital-financeiro-especulador, com o (falso) fundamento de que é necessário combater o despesismo e cortar cerce o vício dos povos de viver acima das suas posses.⁶⁵

A reforma estrutural mínima do sistema financeiro na Europa tem de começar pela alteração profunda do estatuto ‘esquizofrénico’ do BCE, para que ele assuma as responsabilidades de um verdadeiro banco central. E não pode deixar de pôr fim à liberdade absoluta de circulação de capitais, ao princípio da banca universal e à liberdade de criação de produtos financeiros derivados, que não são mais do que fichas para jogos de casino. E tem de permitir aos Estados nacionais o controlo dos movimentos internacionais de capitais. Sem isso, o mundo continua entregue aos *especuladores* (aos *tipos* que são *a aids da economia mundial*).

65 Nos primeiros dias de fevereiro/2013, os *media* anunciaram que o governo alemão vai propor ao parlamento legislação que puna mais severamente (incluindo com pena de prisão) os banqueiros que não cumprirem as boas práticas de gestão bancária e que, em certas condições, obrigue os bancos a separar as atividades próprias da *banca de investimento* das atividades correntes da *banca comercial*, entregando aquelas a uma sociedade comercial criada para o efeito.

15. – Na situação atual, não admira que os povos da Europa não tenham a “consciência de partilhar um destino europeu comum” e faz sentido a preocupação de muita gente quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu”.⁶⁶

Tem razão UlrichBeck quando defende que “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal”.⁶⁷ É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais. Mas a verdade é que os partidos do ‘arco do poder’ (que assim se assumem, como que confiscando a liberdade de escolha dos cidadãos eleitores) continuam, por toda a Europa, fiéis à tese de que *não há alternativa às políticas de austeridade* de inspiração neoliberal.

Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse. O projeto de Habermas de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro” não parece viável, porque, como o próprio Habermas reconhece, a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático”. A submissão da *Europa neoliberal* ao *Consenso de Washington* (mantendo Keynes ‘morto’ e ignorando o *consenso keynesiano*) nega qualquer viabilidade a propostas como a de UlrichBeck: um *novo contrato social europeu*, “uma nova era social-democrata a nível transnacional”.⁶⁸

Não sendo de esperar, com as atuais lideranças europeias, que possa concretizar-se o seu desejo de “aprofundamento da cooperação europeia”, Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra

66 É o caso de Jürgen Habermas, *ob. cit.*, p. 66, 136, 139, 161 e 167.

67 Cfr. U. Beck, *ob. cit.*, p. 111.

68 Cfr. Ulrich Beck, *ob. cit.*, p. 93 e ss.

numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro”.⁶⁹

E Ulrich Beck sustenta que todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas [deliberadamente, digo eu. AN] erradas adotadas para a enfrentar. Em resultado destas políticas, sublinha o sociólogo alemão, “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional”. A seu ver, tornou-se ambíguo o significado da cooperação e da integração europeia, sendo que a principal vítima desta ambiguidade é justamente “esta nova classe baixa da Europa” (os países devedores). “O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo”.⁷⁰ Venha o diabo e escolha... Por mim, receio que, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*.

O que nós sabemos é que as *políticas de austeridade* – impostas por esta ‘Europa’, pelas *troikas*, pelos FMI, pelos Goldman Sachs, pelas Comissões Trilaterais, pelos G 20, pelos Forum Davos, em suma, pelas centrais do capital financeiro organizado (pelas centrais reguladoras do *crime sistémico*) – “equivalem a um esvaziamento da autodeterminação”, i.é, da capacidade e do direito de decidir sobre o próprio destino coletivo. Não admira, por isso, que “a adesão a esta ideia de *mais Europa* seja cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE”. A conclusão é de Ulrich Beck, que, desse modo, parece reconhecer que a mais provável das duas hipóteses que coloca (como digo atrás) é a da condenação dos países mais fracos da UE ao estatuto de colónias.⁷¹

69 As citações de J. Habermas reportam-se à *ob. cit.*, p. 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

70 Cfr. Ulrich Beck, *ob. cit.*, p. 21 e 64.

71 *Ob. cit.*, p. 12 e 15.

Nas condições atuais de verdadeiro retrocesso da democracia, a realidade mostra a absoluta inviabilidade de um federalismo a sério, porque esta *Europa alemã* está a anos-luz de poder garantir os pressupostos exigidos por um autêntico federalismo. A presente crise do euro veio pôr a nu a *desunião europeia*, mostrando que a ‘Europa’ é um terreno pantanoso, movediço e falso, inapto para nele se construir algum edifício com um mínimo de solidez. E tornou evidente que a *Europa do capital* não é um espaço solidário, um espaço em que seja possível a *cooperação entre iguais*, mostrando que a ‘Europa’ vive já em regime de *colonialismo interno*: uns (poucos) países são *metrópoles*, outros são *colônias*.

Se este diagnóstico é correto, então não faz sentido qualquer aprofundamento da integração política na Europa. A ideia de *mais Europa* não passa de um *slogan* destinado a alimentar mais um processo de ‘fuga para a frente’, com o argumento falacioso de que o grau avançado de integração económica e (sobretudo) monetária a que se chegou não é sustentável se não se avançar para um nível correspondente de *integração política*, que abranja outras áreas para além da economia.

O *federalismo possível* não passaria, pois, de um *falso federalismo*, com a centralização do poder em estruturas tecnocráticas carecidas de legitimidade democrática, que, incapazes de fazer política (i.é, de exercer a soberania), se limitariam – mais do que já fazem hoje – a ‘cumprir regras’. Ora as ‘regras de ouro’ e outras menos ‘douradas’, definidas pelos “mercados”, pelo grande capital financeiro, pelas redes do *crime sistémico*, visam, como disse atrás, sujeitar os ‘povos do sul’ a um *novo colonialismo*, impedindo-os de gerir o seu presente e de decidir sobre o seu futuro.⁷²

72 Um homem que conhece tão bem a ‘Europa’ como Jean-Claude Juncker não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista (era então Presidente do Euro-Grupo), que “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial” (Jornais de 30.7.2012).

Como recordei atrás, num congresso do seu partido (Leipzig, novembro/2011), o

Todos concordaremos que não há um *povo europeu*. E todos concordaremos em considerar fora de qualquer propósito a proposta, já atrás referida, de Dominique Strauss-Kahn: “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus”.⁷³ Insisto em lembrar a conclusão da Habermas: os

secretário-geral do partido da Sr^a Merkel proclamou: “Agora Europa fala-se alemão”.

Em artigo publicado na revista *Merkur* (uma revista muito influente junto da intelectualidade alemã), em janeiro/2012, o seu autor (Christoph Schönberger) defende que a hegemonia da Alemanha no seio da UE deve ser entendida como a hegemonia que cabe (como que naturalmente) ao estado mais poderoso no seio de um sistema federal, à semelhança do que aconteceu com a Prússia no seio da federação germânica durante o II Reich: “sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade. (...) “Para funcionar, a União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício”.

Os trechos transcritos são a síntese de P. Anderson, “A Europa face à hegemonia alemã”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2012, que comenta: “A França, cujo arsenal nuclear e lugar no Conselho de Segurança da ONU já não contam grande coisa, tem de rever, por isso, as suas pretensões. A Alemanha deve tratar a França como Otto Von Bismarck fez com a Baviera nesse outro sistema federal que foi o II Reich, mimoseando o parceiro inferior com favores simbólicos e consolações burocráticas”. E acrescenta que Bismarck considerava os bávaros “a meio caminho entre um austríaco e um ser humano”. Pergunta Parry Anderson: “Irá a França aceitar assim tão facilmente ser rebaixada ao estatuto que foi o da Baviera no II Reich?”. Pergunto eu: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do “quarto Reich” de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

73 Apud J.-P. Chevènement, *ob. cit.*, p. 54 e 183.

povos da Europa não têm a “consciência de partilhar um destino europeu comum”. A Europa continua a ser um espaço “com falta de definição e de limites”, marcado pela “insegurança identitária”, um espaço que não conseguiu anular, perante cada um dos cidadãos e cada um dos povos da Europa, o papel do *Estado-nação* como a sede da soberania, da liberdade e da cidadania.

A ideia, que alguns defendem, de que temos de criar um *Estado europeu* só porque já temos uma *união monetária* que precisa de um Estado para sobreviver é tão absurda como a absurda proposta de Dominique Strauss-Kahn. Tendo presente que de muitos lados vem a ideia de que a raiz das dificuldades da ‘Europa’ está na filosofia que inspirou a sua construção e nas estruturas e regras de funcionamento da UE, nomeadamente após Maastricht (com a “fantasia” da UEM, o euro, o BCE e o PEC, a que depois se juntaram o *Tratado de Lisboa* e o chamado *Tratado Orçamental*), tenho para mim que seria um erro gravíssimo embarcar numa “fantasia” muito mais perigosa (a da *federalização da Europa*), na mira de resolver (ou contornar), com este salto no escuro, erros anteriores.

16. – Devo dizer que não rejeito, em absoluto (no plano filosófico), a ideia de um *estado federal europeu*. Mas quero igualmente deixar claro que, neste mundo que hoje conhecemos, não vejo nenhuma vantagem que possa resultar da integração de Portugal num qualquer Estado federal europeu, com perda absoluta da nossa soberania.

A verdade é que os portugueses *deram novos mundos ao mundo* e chegaram, pelo seu próprio pé (ou pela sua própria caravela), aos quatro cantos do mundo. E, em boa medida, a nossa presença mantém-se nos cinco continentes, sobretudo no plano cultural. Parafraseando Virgílio Ferreira, podemos dizer que da nossa língua (a língua portuguesa) veem-se os mares do mundo inteiro.

Não quero ser ‘romântico’ e detesto o *patrioteirismo*, mas acredito que a preservação deste *patrimônio* (a nossa presença no mundo e a nossa capacidade de relacionamento com todos os povos do mundo) é

fundamental para escaparmos ao destino de periferia colonial para que nos querem empurrar, amarrados a uma dívida que nunca conseguiremos pagar, embrulhados em euros (poucos..., e cada vez menos) e manietados por *regras de ouro* e outras ‘regras’ que nos estão a asfixiar como povo soberano.

O que quero dizer é que, enquanto não mudarmos as ‘regras de vida’ da Europa e do mundo, não vejo razões que me convençam da bondade do federalismo europeu, que significaria, para o nosso País, a perda daquele patrimônio valioso que fomos acumulando ao longo de séculos (séculos de aventuras e desventuras, de heroísmos e de cobardias, de grandezas e de misérias).

Acresce que ninguém ainda definiu o que é a Europa e quais as suas fronteiras. E ninguém parece interessado em fazê-lo. O processo de integração europeia tem sido um grande ‘negócio’. E os ‘negociantes’ não gostam de perder nenhuma oportunidade de bons negócios...

Por outro lado, a ‘desunião europeia’ destes anos de crise só veio confirmar que não há condições mínimas para se poder esperar que, como *estados federados*, os estados europeus se assumam, no seio da federação, como *estados iguais uns aos outros* (esta igualdade é assegurada atualmente nos Tratados, mas é visível que uns são mais iguais do que os outros...). Os passos dados à sombra da bandeira de *mais Europa política*, a caminho da *Europa federal*, têm reforçado sempre a *deficiência democrática* do processo de construção europeia, têm imposto uma ‘Europa’ construída “à porta fechada”, têm acentuado o domínio dos grandes sobre os pequenos, sacrificando a dignidade destes últimos (dos estados e dos ‘povos do sul’), tratados como *colônias* ou como *filiais*. Em função do calendário eleitoral da Alemanha, a ‘Europa’ fica parada à espera dos resultados saídos dos votos dos eleitores alemães, e os governantes de serviço e os comentadores pagos por estes falam disto como se se tratasse de uma coisa natural, resultante de algum tratado internacional ou de algum ‘princípio superior’ que prevalece sobre tudo o resto...

O comportamento da ‘Europa’ ao longo destes anos de crise veio reforçar a minha convicção de que a proposta de se avançar para a

construção de um *estado federal europeu* não parece ser um objetivo político minimamente realista, nem chega a ser uma utopia: é uma impossibilidade, é uma quimera que nem em sonhos se concretiza. Não passa de uma pura *fuga para a frente*, ou um salto para o lado, para não encarar e resolver os problemas que nos afligem e para fugir às soluções que acautelem o nosso futuro. Num artigo recente, Serge Halimi veio defender ponto de vista idêntico ao que venho sustentando publicamente desde 2006⁷⁴: “No estado atual das forças políticas e sociais, uma Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapossar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas”.⁷⁵

Uma ‘Europa’ que vem *‘matando’ a política* substituindo-a por *regras de ouro* de *cumprimento mecânico* (por parte dos países mais fracos, é claro) não pode alimentar nenhum estado federal sério, que tem de assentar na *igualdade* entre os estados federados e no respeito da capacidade de *decisão política* no âmbito das competências de cada um dos estados federados e de cada um dos órgãos políticos representativos do estado federal. Alguém pensa que a Alemanha (e outros países da atual UE) aceitará considerar-se igual a Malta ou a Portugal? Alguém concebe que a Alemanha aceitará alguma vez sujeitar-se às decisões políticas dos órgãos federais, que poderiam querer, por exemplo, alterar os estatutos do BCE, ou revogar o PEC?

Na minha leitura, os construtores desta ‘Europa’ (incluindo os dirigentes dos partidos que integram o espaço da social-democracia europeia) não mostraram, até hoje, o mínimo interesse em analisar a fundo as raízes da crise atual, o que significa que não estão interessados em aproveitar as lições da presente crise para fazer um balanço crítico da sua reflexão e da sua atuação nas últimas décadas. A sua preocupação

74 Cfr. *A Constituição Europeia...*, cit.

75 Cfr. “Onde está a esquerda?”, cit., p. 9.

continua a ser a de *gerir lealmente o capitalismo*. Perante o espetáculo da *desunião europeia* e da ‘colonização’ da Europa pela Alemanha imperial, não tiveram o rebate de consciência de reconhecer que é preciso mudar a ‘Europa’ que puseram de pé, uma estrutura neoliberal ao serviço do grande capital financeiro. Nestes anos de aperto, nem sequer tiveram a ‘coragem’ de regressar a Keynes, à defesa de uma direção centralizada da economia (ainda que esta continue maioritariamente nas mãos do capital privado), à defesa da regulamentação do setor financeiro (contrária à especulação e aos jogos de casino), à defesa do controlo público da poupança nacional e dos investimentos estratégicos. Continuam fiéis ao lema thatcheriano de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo e recusam libertar-se da dependência ‘química’ do neoliberalismo.

Pela minha parte, acredito que os povos da Europa não aceitarão ser transformados em “uma futura sub-província alemã no âmbito da ‘marca’ alemã”.⁷⁶ Mais cedo ou mais tarde, hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania, ocupando o seu lugar de protagonistas e fazedores da História. E então, em condições completamente diferentes, talvez pensem em construir uma Europa solidária, uma Europa para os povos europeus, assente na paz e na cooperação entre eles e com todos os povos do mundo.

17. – À escala global, a presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) que são o suporte da hegemonia do grande capital financeiro.

No que diz respeito à Europa, a discussão sobre o *fim do estado social* –

76 A expressão é do Gen. Loureiro dos Santos (*Público*, 19.6.2012).

que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.⁷⁷

O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, “pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais”. Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior. É uma catástrofe equivalente à perda de uma geração inteira numa guerra.

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de pobreza e de exclusão social e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro/2011, ao apresentar em Paris um Relatório da OCDE, o Secretário-Geral desta Organização recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”.

As ‘reformas estruturais’ de que tanto se tem falado neste tempo de crise estão a conduzir ao *empobrecimento* de povos inteiros, ao alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social, ao aprofundamento da desigualdade, ao aumento dramático do número dos *pobres que trabalham*

77 Mark Blyth (*ob.cit.*, p. 34) deixa esta reflexão aos senhores do mundo: “Na essência, a democracia e as redistribuições que ela possibilita são uma forma de seguro de ativos para os ricos, e, mesmo assim, através da austeridade, descobrimos que aqueles que têm a maioria dos ativos andam a fugir ao pagamento do seguro”.

(mesmo nos países ditos ricos), justificando plenamente esta conclusão e justificando também todas as preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz.

Porque o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. Porque esta não é uma estratégia promotora do crescimento, muito menos do crescimento equilibrado de todos os povos da União e, ainda menos, uma estratégia de aproximação dos níveis de vida de todos eles. É uma estratégia de domínio ‘colonial’ em benefício exclusivo da elite ‘colonialista’. Os mais débeis estarão cada vez mais no lugar da *panela de barro*, necessariamente esmagada pela *panela de ferro*.

É incontestável, por outro lado, que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social que delas tem resultado é algo que põe em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza não significa apenas baixo nível de rendimento ou baixo poder de compra, ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade como pessoas. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade”.⁷⁸ Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia. Vale a pena levar a sério a advertência de Paul Krugman a este respeito: “a concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real”.⁷⁹

⁷⁸ Cfr. A. Sen, *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000, p. 109.

⁷⁹ Artigo no *New York Times*, 7.11.2011.

18. – O liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos séculos XVIII e XIX, em que: **a)** a tecnologia industrial era relativamente rudimentar e adaptada a empresas de pequena dimensão; **b)** a concentração capitalista era inexistente ou pouco relevante; **c)** os trabalhadores não estavam organizados (ou dispunham de organizações de classe de existência precária, débeis e inexperientes) e não gozavam da totalidade dos direitos civis e políticos (o que lhes dificultava e reduzia o acesso ao aparelho de estado e ao poder político e, conseqüentemente, a luta institucional pelos direitos económicos e sociais hoje reconhecidos constitucionalmente); **d)** os governos – imunes às exigências e aos votos populares – podiam, por isso mesmo, ignorar impunemente os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade.

E a ideologia neoliberal tem-se esforçado por passar a ideia de que o neoliberalismo significa a redução do estado a uma espécie de *estado mínimo*. Trata-se de uma perigosa mistificação, porque o neoliberalismo não pode confundir-se com o regresso ao *laissez-faire* e aos ‘mercados livres’, e estes não dispensam (nunca dispensaram) a ‘intervenção’ do estado na economia: o estado capitalista sempre ‘regulou’ os mercados, ao serviço dos interesses do capital.

Como ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho, o neoliberalismo, ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, não é uma ideologia libertária, que dispensa o estado. Nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe sempre a existência do *estado capitalista*. E o neoliberalismo e o *projeto político* por ele veiculado exige, como todos podemos observar nos tempos que correm, um forte *estado de classe*, capaz de prosseguir objetivos ambiciosos.

Num livro de 1994, Andrew Gamble mostrou isso mesmo, com base na análise da experiência do thatcherismo: “a Nova Direita acredita que para salvar a sociedade livre e a economia livre é necessário restaurar a autoridade do estado. (...) A doutrina-chave da Nova Direita e do projeto político

que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* (“enemieswithout”) e aos *inimigos internos* (“enemieswithin”).⁸⁰

Foram as instituições do poder político (o *poder político de classe*, a *ditadura do grande capital financeiro*: os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal* (o *capitalismo de casino*, o *capitalismo sem risco e semfalências*, o *capitalismo do crime sistémico*), assente nos seguintes pilares: *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); *desregulação* de todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*, a *sida da economia mundial*); imposição do dogma da *independência dos bancos centrais*, que se traduziu na ‘privatização’ dos estados nacionais, dependentes dos “mercados” (como as famílias ou as empresas) para o seu próprio financiamento (para o financiamento das políticas públicas); privatização do setor público empresarial, incluindo os serviços públicos (até a água!) e as empresas estratégicas que são o verdadeiro suporte da soberania nacional; aplicação de sistemas fiscais que favorecem os ricos e sufocam os pobres.

Só um *estado forte* poderia ter criado as condições que permitiram dispensar o *compromisso* dos tempos do estado social keynesiano, substituindo-o pela *violência* do *estado neoliberal* (estado regulador e estado garantidor), que se vem abatendo sobre os trabalhadores, com o objetivo de transferir para o capital os ganhos da produtividade, violência que se tem traduzido: no desmantelamento do estado social e no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*); na

80 Ver A. Gamble, *The Free Economy and The Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, Macmillan, 1994, p. 35 e 63-68 (todo o capítulo 2).

desregulamentação das relações laborais; na ‘guerra’ contra os sindicatos⁸¹; no esvaziamento da *contratação coletiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana).⁸²

81 A política antissindical foi iniciada, no Reino Unido, no início da década de 1960, pelo governo trabalhista de Harold Wilson, tendo prosseguido com o governo conservador de Edward Heath e depois com os governos trabalhistas de Harold Wilson e de James Callaghan, dez anos antes da era Thatcher, que lhe acrescentou o verniz e a violência neoliberais. (Cfr. I. Mészáros, MÉSZÁROS, István – *O Século XX – Socialismo ou Barbárie?*, trad. bras., São Paulo, Boitempo, 2006, p. 95). Mas esta guerra contra os sindicatos (acusados pela Sr^a Thatcher de *inimigos internos*, por quererem “destruir o estado”) ganhou novo fôlego no final da década de 1970 (por alturas da 2^a *crise do petróleo*), sendo os seus episódios mais dramáticos a destruição do sindicato dos controladores aéreos pela Administração Reagan (1981) e a vitória do Governo Thatcher sobre o lendário sindicato dos mineiros britânico (1984).

82 Também neste plano cai a máscara do *compromisso* e da *ambiguidade* que lhe é inerente. O *Direito do Trabalho*, muitas vezes apresentado como *Direito dos Trabalhadores* (porque inspirado no princípio do *favor laboratoris*, na proteção da parte mais fraca na relação contratual entre capitalistas e trabalhadores) ou até como “direito contra a exploração”, assume cada vez mais a sua verdadeira face de *Direito dos Empresários*. A verdade é que ele sempre “prometeu o que, por óbvio, não poderia (nem queria) cumprir”, porque, nas sociedades de classes, nas quais, “mesmo diante da proteção pelo direito, o poder está realmente nas mãos do capital”, a sua função sempre foi a de “reproduzir (*função de reprodução*), de ocultar a exploração do trabalho não pago (*função de ocultação*) e de mascarar a insuportável desigualdade decorrente de uma relação de poder/sujeição (Ver Aldacy Coutinho, “Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência: 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho Brasileira”, em *Estudos do Século XX*, n^o 13 (2013), p. 167-180).

O Direito do Trabalho sempre foi, com efeito, um direito criado pelo *estado capitalista* e este não é um estado *acima das classes*, mas um *estado de classe*, cuja função é a de garantir as condições de funcionamento do modo de produção capitalista, que não pode subsistir, como sublinha a Autora atrás referida, “sem divisão entre proprietários

e não proprietários, sem exploração do trabalho alheio, sem tomada da mais-valia, sem instaurar uma relação de poder/dominação/disciplina-sujeição/obediência”. Esta é também a função do estado e do Direito do Trabalho nas sociedades capitalistas. Já Adam Smith pusera em realce (*Riqueza das Nações*, II, p. 321/322) que, com o aparecimento da *desigualdade de fortuna*, “foi introduzido no seio dos homens um grau de autoridade e subordinação anteriormente impossível de existir”, e, com este, “o governo civil indispensável à manutenção e consolidação dessa autoridade e subordinação”, constituindo os ricos (...) “uma espécie de aristocracia que tem todo o interesse em defender a propriedade e em apoiar a autoridade do seu soberano a fim de este poder defender a sua própria propriedade e apoiar a sua autoridade”.

Adam Smith revela já uma clara compreensão da natureza do salário nas relações capitalistas de produção e do enquadramento jurídico do ‘contrato de trabalho’, quando ensina que “os salários correntes do trabalho dependem, por toda a parte, de contrato habitualmente celebrado entre duas partes, cujos interesses não são de modo algum idênticos”.

Mas o pai fundador do liberalismo vai mais longe na desmitificação do ‘contratualismo’, quando defende que o ‘contrato de trabalho’ não é um contrato como os outros, porque as duas partes que intervêm neste ‘contrato’ não estão nele em posição de igualdade, pois os trabalhadores não são livres de contratar ou não contratar, uma vez que “vivem dos salários”, por não terem nada de seu além da “sua força e habilidade de mãos”, o que significa que são economicamente (não juridicamente) obrigados a trabalhar: “Um proprietário, um rendeiro, um dono de uma fábrica, ou um comerciante – escreve Smith – poderiam normalmente subsistir um ou dois anos sem empregar um único trabalhador, com base no pecúlio previamente acumulado. Muitos trabalhadores não conseguiriam subsistir uma semana, poucos subsistiriam um mês, e praticamente nenhum sobreviveria um ano sem emprego. A longo prazo, o operário pode ser tão necessário ao patrão como o patrão lhe é necessário a ele, mas a necessidade não é tão imediata”.

Nestas condições, observa o filósofo e economista escocês, “não é difícil prever qual das partes, em circunstâncias normais, levará sempre a melhor nesta disputa [a disputa entre os operários que “pretendem obter o máximo possível” e os patrões que “procuram pagar-lhes o mínimo possível”] e obrigará a outra a aceitar os seus próprios termos” (Cfr. *Riqueza das Nações*, cit., I, p. 176-178).

Mais tarde, foi a vez de Marx esclarecer (*Salário, Preço e Lucro*) que, no sistema do trabalho assalariado, “mesmo o trabalho não pago parece ser trabalho pago”, sendo a

Em livro recente, Wolfgang Streek analisa criticamente o processo em curso de *esvaziamento da democracia* como “uma imunização do mercado a correções democráticas”. Na sua óptica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].

E logo explicita quais os caminhos que estão a ser percorridos para conseguir “a eliminação da tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um *primado duradouro do mercado sobre a política*” [os itálicos são meus. AN]: «'reformas' das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de *regras*, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para *autoridades reguladoras* e para *grupos de 'peritos'*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*”.

O “primado duradouro do mercado sobre a política” passa ainda por outros caminhos: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através

natureza da relação laboral “totalmente dissimulada pela intervenção do contrato e pelo pagamento efetuado” pelo empregador: é “esta falsa aparência que distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas do trabalho”. No contexto da *nova ordem jurídica burguesa*, o contrato de trabalho constitui, pois, um expediente que permite esconder a *mais-valia* (o *trabalho não pago*, que, nas condições do feudalismo, era tão facilmente identificado) e a exploração inerente ao modo de produção capitalista assente no trabalho assalariado, dando a entender que o salário é o pagamento correspondente ao valor do trabalho (ao valor criado pelo trabalhador assalariado).

de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça demercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – conclui o autor –, é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* do capitalismo democrático do período pós-guerra, assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*”.

Tem razão Wolfgang Streeck quando recorda que

“já ficou várias vezes demonstrado que o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado. (...) O neoliberalismo não é compatível com um *estado democrático*, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado”.⁸³

É uma longa transcrição, que me pareceu pertinente registar aqui, porque vejo nela a síntese de pontos de vista que venho defendendo há anos em outros escritos.

A reflexão de Wolfgang Streeck ajuda-nos a perceber o que está em causa quando as vozes ‘dominantes’ falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de *‘libertar’ a ação política do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções ‘brandas’ (apesar de ‘musculadas’ e até violentas) só serão prosseguidas se “o

83 Cfr. W. Streeck, *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013, p. 59-66 e 91-105.

modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos referidos métodos ‘reformistas’ do “capitalismo democrático do pós-guerra”), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

19. – Há mais de 50 anos, o argentino Raúl Prebisch (o primeiro Presidente da agência da ONU *Comissão Económica para a América Latina*) avisou que as soluções liberais só podem concretizar-se *manumilitari*.

No início dos anos 1980 foi o insuspeito Paul Samuelson quem chamou a atenção para os perigos do “fascismo de mercado”. E em 1981 Beltram Gross escreveu um livro sobre o “fascismo amigável”.

Em 2011, tendo a *crise* como pano de fundo, Michel Rocard observou que, “no estado de exasperação em que este povo [o povo grego] se vai encontrar, é duvidoso que qualquer governo grego possa manter-se sem o apoio do exército. Esta triste reflexão é sem dúvida válida para Portugal ou para outros países maiores”. E pergunta: “Até onde iremos?”⁸⁴

Em dezembro/2012, Federico Mayor Zaragoza (antigo Diretor-Geral da UNESCO) falou dos perigos do “golpe de mercado”, sustentando que eles são a consequência das políticas prosseguidas por todos aqueles que “aceitaram, em certo momento histórico, substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado”.⁸⁵

Todos temos a consciência de que nos estamos a afastar da *democracia real*. Por isso, é uma boa pergunta, a de Rocard: “Até onde iremos?” Perante o processo de *empobrecimento* acelerado a que se pretendem condenar os povos da Europa, acompanhado da um destruição das economias e da

84 *Le Monde*, 4.10. 2011.

85 Ver em <http://www.other-news.info/noticias/>, dez/2012.

anulação das soberanias nacionais, faz todo o sentido, com efeito, temer pela própria democracia.

Quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a ascensão do nazismo – e a barbárie que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: “O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma ‘economia de armamento’ e termina inevitavelmente na guerra”.⁸⁶ Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: “Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia”.⁸⁷

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

Todos os estudos de sociologia eleitoral mostram um perigoso esvaziamento da democracia representativa, perante o aumento contínuo do número de eleitores que se abstêm de participar nos atos eleitorais. É um fenómeno que se vem registando em todas as chamadas ‘democracias ocidentais’. Mais de metade das eleições com mais baixa participação de

86 KALECKI, Michael – “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.), *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, p. 426.

87 Cfr. *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012, p. 31.

eleitores realizaram-se depois de 2000, o que traduz, segundo Wolfgang Streeck, o progressivo enfraquecimento radical da democracia presente no “capitalismo democrático do estado social”, no quadro do “capitalismo reformado pelo neoliberalismo”.

Ora, a meu ver, o neoliberalismo é uma ideologia que visa reverter em sentido favorável ao grande capital financeiro a correlação de forças entre o capital e o trabalho. E é claro que, nas sociedades de classes em que vivemos, o capitalismo pressupõe a existência do *estado capitalista*. E o neoliberalismo, ao contrário do que por vezes se quer fazer crer, não é uma ideologia libertária, que dispensa o estado. O império neoliberal foi construído, pedra a pedra, por obra do poder político (os estados nacionais dos países dominantes e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados): foi o poder político que impôs a *liberdade absoluta de circulação de capitais* (a ‘mãe’ de todas as *liberdades do capital*); foi o poder político que desregulou todos os mercados (em especial os mercados financeiros, entregues ao “dinheiro organizado” comandado pelos especuladores, os ‘padrinhos’ do *crime sistêmico*, a *sida da economia mundial*); foi o poder político que ‘privatizou’ os estados nacionais, tornando-os dependentes dos “mercados” para o financiamento das políticas públicas (é o que resulta do dogma da *independência dos bancos centrais*).

Para construir este ‘império’, o neoliberalismo precisou de um *estado forte*, que criou as condições para dispensar o *compromisso* dos tempos do estado social keynesiano, de modo a transferir para o capital os ganhos da produtividade, o que exigiu, como disse atrás, a ‘guerra’ contra os sindicatos, o esvaziamento da *contratação coletiva*, a ‘flexibilização’ da legislação laboral, a atrofia do estado social. E esta exigência permanece, porque o neoliberalismo, como se diz acima, não pode dispensar a *violência* de um *estado forte*, incompatível com um estado democrático.

20. – Não quero ser pessimista, mas a verdade é que a persistência nas políticas da UE (disfarçada de *troika* ou atuando como tal ou como BCE) que estão a arruinar a economia dos ‘países do sul’ e a minar a sua

soberania, bem como a insolência com que os governantes dos ‘países do norte’ vêm enxovalhando a dignidade dos ‘países do sul’, têm todas as características de uma verdadeira guerra.

Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. Como se diz atrás, o chamado *Pacto Orçamental* constitui um verdadeiro “golpe de estado europeu”, que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados ‘povos do sul’ e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Pode estar em perigo também a paz na Europa. Jean-Claude Juncker (Primeiro-Ministro do Luxemburgo e até há pouco Presidente da Eurogrupo) tem toda a razão quando diz que “está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo”.⁸⁸

António Avelãs Nunes

Professor Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Coimbra, maio/2014

88 Entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013.

Referências Bibliográficas

AMARAL, João Ferreira do. *Porque devemos sair do euro – O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*, Lisboa, Lua de Papel, 2013.

ANDERSON, Perry. “A Europa face à hegemonia alemã”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2012.

ATTAC. ‘*Constitution*’ Européenne – *Ils se sont dit Oui*, Paris, Mille et une Nuits, 2005.

ATTALI, Jacques. *Verbatim I*, Paris, Fayard, 1993.

AVELÁS NUNES, António José J. *A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006. Saiu uma edição para o Brasil (*A Constituição Européia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*), com a chancela da Coimbra Editora e da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2007. O texto do livro foi publicado antes, com ligeiras alterações, no *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLVIII, 2005.

_____. *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Página a Página, 5ª edição, revista e ampliada, 2013.

_____. “Apontamento sobre a origem e a natureza das políticas de austeridade”, em *A austeridade cura? A austeridade mata?*, Eduardo Paz Ferreira (Coord.), Lisboa, Lisbon Law School Editions, 2013.

_____. “A institucionalização da União Económica e Monetária e os estatutos do Banco de Portugal”, em *Boletim de Ciências Económicas* (FDUC), vol. XLV-A (especial), Coimbra, 2002, 65-98.

_____. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, Rio de Janeiro – São Paulo, Renovar, 2003 (135 págs.). Este livro foi também editado em Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

_____. “Neoliberalismo, globalização e desenvolvimento económico”, em *Conferência Internacional Angola – Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, edição da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2001, 103-163. Com ligeiras alterações, este texto foi publicado também no *Boletim de Ciências Económicas* (FDUC), vol. XLV (2002).

_____. “Nota sobre a independência dos bancos centrais”, em *Ensaios de*

Homenagem a Manuel Jacinto Nunes, ISEG-UTL, Lisboa, 1996, pp. 405-423. Foi também publicado na revista *Estudos Jurídicos* (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), vol. IV, nº 1, agosto/1997, 51-70.

_____. *O Estado Capitalista e as suas Máscaras* (2ª edição, revista, do livro *As Voltas que o Mundo Dá... Reflexões a propósito das Aventuras e Desventuras do Estado Social*, 1ª edição, Edições Avante, 2010), Lisboa, Edições Avante, 2013. Uma edição brasileira, com texto ligeiramente diferente deste, acaba de ser publicada no Brasil, também com o título *O estado capitalista e as suas máscaras* (2ª edição da edição brasileira de *As Voltas que o Mundo Dá...*), Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

_____. *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*, Coimbra, 1991 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*).

BARNIER, Michel . “Um grande passo para a estabilidade bancária”, em *Diário Económico*, 13.3.2013.

BARROSO, Alfredo. “A crise da social-democracia europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17.

BECK, Ulrich. *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”*: *Estratégias de Poder na Crise do Euro*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.

BLYTH, Mark. *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013.

CASSEN, Bernard . “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2007.

CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre. *Pour l'Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005.

COUTINHO, AldacyRachid. “Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência: 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho Brasileira”, em *Estudos do Século XX*, nº 13 (2013), 167-180.

DENORD, François. “Desde 1958, a ‘reforma’ pela Europa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov/2007.

DENORD, François e Antoine SCHWARTZ. “Desde os anos 50 que cheira a oligarquia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), julho/2009.

FERNANDES, Jorge Almeida. “Temos razões para detestar Merkel ?”, em Público, 11.8.2012, 22-24.

GALAMBA, João. “Game Over”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.

GALBRAITH, James K. “Que Europa para controlar os mercados?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2010.

GAMBLE, Andrew. *The Free Economy and The Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, Macmillan, 1994.

GÉNÉREUX, Jacques. *Manuel Critique du Parfait Européen*, Paris, Seuil, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.

HALIMI, Serge. “As promessas do Não”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/ 2005.

_____. “A esquerda governamental conta a sua história”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), abril/2007.

_____. “Onde está a esquerda?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nº 61, nov/2011.

JENNAR, Raoul-Marc. “Dois tratados para um golpe de estado europeu”, em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., junho/2012.

KALECKI, Michael. “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.). *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).

KRUGMAN, Paul. “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*).

_____. *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.

LECHEVALIER, A. e WASSERMAN, G. *La Constitution Européenne – Dix clés pour comprendre*, Paris, La Découverte, 2005.

LORDON, Frédéric. “A desglobalização e os seus inimigos”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2011;

_____. “Sair do euro, mas como?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2013.

MÉSZÁROS, István. *O Século XX – Socialismo ou Barbárie?*, trad. bras., São Paulo, Boitempo, 2006.

PLIHON, Dominique. “Uma reforma bancária que encanta os banqueiros”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2013, 12/13.

QUELHAS, José Manuel Gonçalves Santos. “Sobre a criação do Comité Europeu do Risco Sistémico”, em *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal Almeida* (Orgs: António José Avelãs Nunes e outros), Coleção Studia Iuridica, Universidade de Coimbra/Coimbra Editora, Coimbra, 2012, 877-899.

_____. “Dos objetivos da União Bancária”, em *Boletim de Ciências Económicas*, Volume LV (2012), 241-303.

RIBEIRO, Sérgio. *Não à Moeda Única: Um Contributo*, Lisboa, Edições Avante, 1997.

SARRE, Georges. *L'Europe contre la Gauche*, Paris, Eyrolles, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações* (Vols. I e II), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 e 1983.

STIGLITZ, Joseph E. *Globalization and its Discontents* (2002), trad. em castelhano, *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002.

_____. *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.